

EDILENE DE SOUSA SILVA

**GESTÃO EDUCACIONAL PARTICIPATIVA:
AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS PROVENIENTES
DA PARCERIA ESCOLA/EMPRESA - ESTUDO
DE CASO NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DE TUCURUÍ-PA**

**MESTRADO ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO - ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS**

EDILENE DE SOUSA SILVA

**GESTÃO EDUCACIONAL PARTICIPATIVA:
AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS PROVENIENTES
DA PARCERIA ESCOLA/EMPRESA - ESTUDO
DE CASO NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DE TUCURUÍ-PA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre

Orientação

Prof^a Doutora Dora Castro

**MESTRADO ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO - ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS**

Aos meus filhos, Érico Júnior e Rodrigo, minha filha Aline, minha neta Érica e netos Luis Felipe e Mateus, com amor, admiração e gratidão por estarem sempre presente em minha vida e me apoiando em minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por sempre guiar e iluminar meu caminho e por todas as graças e bênçãos recebidas durante toda a minha vida.

À minha família, pela paz, harmonia e amor, chave, para o sucesso da minha caminhada.

Aos professores do curso e à minha orientadora, professora Doutora Dora Castro, pela dedicação, paciência, presteza e disponibilidade, contribuindo de forma crucial para a conclusão do curso.

Ao meu genro, Denis, que muito contribuiu na hora do pânico.

Aos gestores e professores da escola e empresa pesquisa, que contribuíram para o objeto de estudo.

Ao Instituto Lusófono de Educação Superior – ILUSES / BR e Instituto Politécnico do Porto – IPP / PT que possibilitarem alcançar meu objetivo, obtenção de grau de mestre.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

“Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza”.

Karl Marx

RESUMO

Este estudo investigou a importância da parceria da escola-empresa, como contribuição para a qualidade da educação básica, numa perspectiva de gestão educacional. Foi utilizada a abordagem qualitativa e quantitativa, com a participação de gestores e corpo docente, sendo eles, do sistema educacional do município, da escola de educação básica da rede pública e empresa parceira. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas e aplicação de questionário. Os resultados apontam que, tanto a gestão educacional, quanto a gestão da empresa, valorizam e consideram importante o processo de parceria para a melhoria da qualidade da educação, considerando que a escola por si só, não dá conta do processo educacional, principalmente, nesse mundo tão complexo. Portanto, faz-se necessário, a participação dos diversos segmentos da sociedade, tanto do setor público, quanto do setor privado. O estudo mostra também, que são muitas as dificuldades que gestão educacional enfrenta para dar continuidade nos projetos que foram implantado em parceria com a empresa, pois, faltam recursos materiais, profissionais qualificados e carga horária específica, no caso do estudo, em educação ambiental. Assim, este trabalho pretendeu colaborar com as discussões sobre a importância do processo de parceria na área educacional, considerando sua importância e relevância. Portanto, entendemos que o assunto deve ser tratado a nível de alta gestão, pois, esse processo de parceria precisa fazer parte do currículo educacional e formalizado um termo de cooperação, com objetivos, metas e prazos definidos.

Palavras-chave: Gestão educacional, parceria escola-empresa, educação básica, educação ambiental.

ABSTRACT

This study investigated the importance of partnership-school company, as a contribution to the quality of basic education, an educational management perspective. The qualitative and quantitative approach was used, with the participation of managers and faculty, namely, the education of the county system, the basic education of public school and business partner. Data were collected through interviews and questionnaire. The results show that both the educational management, as the company's management, value and consider important the partnership process to improve the quality of education, considering that the school alone does not account for the educational process, especially in this very complex world. Therefore, it is necessary, the participation of different segments of society, both the public sector and the private sector. The study also shows that there are many difficulties that educational administration faces to continue the projects that were implemented in partnership with the company because, lacking material resources, qualified and specific hours in the case of study in environmental education. This work intended to contribute to discussions on the importance of the partnership in education, considering its importance and relevance. Therefore, we believe that the matter should be dealt with at the level of top management, therefore this process need partnership part of the educational curriculum and formalized a cooperation agreement with objectives, targets and timelines.

Keywords: Education Management, partnership school-business, basic education, environmental education.

SUMÁRIO

Parte 1	APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO.....	01
	INTRODUÇÃO.....	01
1.1	Motivação.....	01
1.2	Objetivos.....	02
1.3	Questão de pesquisa.....	03
1.4	Delimitações.....	03
1.5	Metodologia.....	03
1.6	Organização do trabalho.....	03
Parte 2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E LEGAL.....	05
	CAPÍTULO 1 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DE PARCERIA COM A COMUNIDADE.....	05
2.1	Educação básica no Brasil.....	05
2.2	A Gestão Educacional numa perspectiva participada e colaborativa.....	07
2.3	A parceria da escola com outras instituições da comunidade..	13
2.4	A importância da melhoria das relações interinstitucionais ao nível de gestão educacional.....	17
	CAPÍTULO 2 - O PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL... 19	19
2.5	A educação ambiental e o desenvolvimento sustentável.....	19
2.6	A educação ambiental no contexto mundial.....	21
2.7	A educação ambiental do contexto nacional.....	24
2.8	A educação ambiental no processo educativo.....	27
2.8.1	Na educação ambiental na educação formal.....	28
2.8.1.1	A educação ambiental na sala de aula.....	30
2.8.2	Na educação ambiental na educação informal.....	31
	CAPÍTULO 3 - PARCERIA: EMPRESA E REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ- PA.....	33
2.9	Município de Tucuruí - PA.....	33
2.9.1	Sistema municipal de educação de Tucuruí - PA.....	33
2.10	<i>Empresa Energia Verde</i>	34
2.11	Parceria: Sistema educacional de educação e a empresa <i>Energia Verde</i>	37
2.11.1	Escola de educação básica do município de Tucuruí - PA.....	38
2.11.2	Projeto em execução: Escola de educação básica e o Programa de educação ambiental.....	39
Parte 3	PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO.....	41
	CAPÍTULO 1 - A RECOLHA DE DADOS.....	41
3.1	Método de pesquisa.....	41
3.2	Sujeitos da pesquisa.....	42
3.3	Tipo de pesquisa.....	43
3.4	Instrumentos de coleta de dados.....	43
3.5	Instrumentos de análise de dados.....	43

	CAPÍTULO 2 - A ANÁLISE DOS DADOS.....	44
3.6	Análise do resultado dos dados.....	44
3.7	Resultado - I parte: Entrevistas.....	47
3.8	Resultado - II parte: Questionários.....	57
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
	Referências.....	71
	Anexos.....	77

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1	Público alvo da pesquisa.....	42
Tabela 2	Entrevista com a gestão do sistema educacional do município.....	47
Tabela 3	Entrevista com a gestão da escola de educação básica do município.....	51
Tabela 4	Entrevista com a gestão da empresa.....	54
Gráfico 1	Conhecimento da legislação de educação ambiental na educação básica.....	57
Gráfico 2	Inserção da educação ambiental no projeto político pedagógico da escola.....	58
Gráfico 3	Educação ambiental na sala de aula.....	59
Gráfico 4	Execução de projetos de educação ambiental - parceria: escola-empresa.....	60
Gráfico 5	Contribuições para o ensino aprendizagem - parceria: escola-empresa.....	61
Gráfico 6	Continuidade dos projetos - parceria: escola-empresa.....	62
Gráfico 7	Importância para a escola - parceria: escola-empresa.....	63
Tabela 5	Considerações quanto a importância para a escola - parceria: escola-empresa.....	63
Gráfico 8	Principais dificuldades para dar continuidade os projetos de executados em parceria com a empresa.....	64
Tabela 6	Opiniões quanto as contribuições da empresa para continuidade dos projetos na escola.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura)
MEC	Ministério de Educação e Cultura
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
CF	Constituição Federal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
REBECA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
PNE	Plano Nacional de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Complementação Pedagógica
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
PA	Pará
MW	Megawatt
LO	Licença de Operação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RBEA	Revista Brasileira de Educação Ambiental
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
ILUSES	Instituto Lusófono de Educação Superior
IPP	Instituto Politécnico do Porto
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PDDE	Programa de Dinheiro Direto na Escola
PDE	Programa de desenvolvimento da Educação
PAR	Plano de Ação Articulada
GEEMPA	Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia, Pesquisa e Ação
ENERAM	Estudos Energéticos da Amazônia
PEA	Programa de Educação Ambiental
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
CETESB	Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental

PARTE 1 - APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO

1 INTRODUÇÃO

1.1. Motivação

Este trabalho foi motivado com o objetivo de ampliar conhecimentos no campo pedagógico, com foco na gestão educacional participativa e na minha atuação profissional. Para tanto, o estudo vem mostrar qual a importância da parceria: escola/comunidade, para a melhoria da qualidade da educação. A pesquisa foi realizada no sistema municipal de educação, escola de educação básica e empresa parceira, do município de Tucuruí - PA.

Sabemos que o papel da escola é assegurar um ensino de qualidade, com espaço de debates e discussões para formar pessoas capazes de entender seu papel como sujeito transformador da sociedade, sujeitos esses, responsáveis, autônomos, solidários, conhecedores dos seus direitos e deveres, com capacidade de dialogar com os outros, que tenham espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos.

Portanto, focar numa educação de qualidade requer da gestão educacional uma visão ampla das necessidades que o mundo atual exige, onde a escola por si só, não consegue atender todas essas necessidades, precisando assim, ser democrática e buscar formas de envolver a comunidade para alcançar o objetivo comum a todos, formar cidadãos capazes de lidar com toda essa complexidade.

O estudo vem mostrar se a parceria escola/empresa contribui para a qualidade da educação. Será analisado se um projeto de educação ambiental da empresa executado em parceria com a escola de educação básica, traz melhoria para o ensino aprendizagem dos alunos e mudanças na escola.

A escolha de pesquisar como se dar a parceria: escola/empresa, em um projeto de educação ambiental, foi por ser um assunto relevante na atualidade e portanto, com o intuito de observar se essa parceria contribuiu para trabalhar as questões ambientais no âmbito educacional, pois, sabemos os problemas ambientais que afetam a estabilidade de vida na terra e a busca por soluções já é preocupação das nações do mundo inteiro, onde observa-se que nesses grandes debates, quanto se trata da busca pela sustentabilidade do planeta, se conclui que é por meio da educação que podemos compreender o que precisamos fazer para melhorar tais situações, portanto, a proposição desta investigação decorreu do reconhecimento de que iniciativas dessa natureza, configuram-se como uma das estratégias para efficientizar o processo na área educacional, por meio de propostas e práticas pedagógicas em parcerias com outros segmentos da sociedade.

Essa parceria entre escola-empresa, vêm sendo incentivadas pela gestão educacional, como forma de enfrentamento dos problemas educacionais do país. A parceria vem integrar a escola com a empresa. Assim, acreditamos importante esta investigação ao objetivar analisar os resultados desses esforços.

1.2 Objetivos

- Identificar as contribuições que a parceria da escola-empresa, trouxe para a escola, no plano da gestão educacional e por consequência para o ensino aprendizagem dos alunos.
- Identificar possíveis alterações ocorridas na escola, atribuídas pela gestão educacional, ao processo de parceria.
- Descrever quais dificuldades encontradas na gestão educacional para dar continuidade às ações executadas em parceria: escola-empresa.

- Conhecer os motivos que levaram a escola e a empresa a concretizar a parceria e suas expectativas.

1.3 Questão de Pesquisa

A parceria entre a escola de educação básica de Tucuruí - PA e a empresa *Energia Verde*, com o Projeto “educação ambiental na escola”, traz mais-valias, para a melhoria das relações interinstitucionais ao nível da gestão de projetos na comunidade educativa?

1.4 Delimitações

Este trabalho limita-se a pesquisa aplicada no sistema educacional, escola de educação básica e a empresa *Energia Verde*, do município de Tucuruí, Pará, Brasil.

1.5 Metodologia

Com o objetivo de possibilitar uma ideia geral sobre os resultados da investigação, organizamos o trabalho em três partes: 1) Apresentação e fundamentação do estudo. 2) Fundamentação teórica e legal. 3) Processo de investigação e conclusão.

1.6 Organização do trabalho

Na parte 1, foi apresentado a motivação, objetivos, questão de pesquisa, delimitações, metodologia e organização do trabalho.

Na parte 2, mostra a revisão bibliográfica, onde são apresentados legislações pertinentes e trabalhos relacionados a gestão educacional, educação básica, projetos em parceria: escola-comunidade e educação ambiental.

Na parte 3, está apresentado o método de pesquisa, sujeitos, tipo, instrumentos, análise dos resultados, conclusão, referências bibliográficas e anexos.

PARTE 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E LEGAL

CAPÍTULO 1 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DE PARCERIA COM A COMUNIDADE

2.1. Educação Básica no Brasil

A Educação Básica do Brasil abrange a educação infantil (para crianças com até cinco anos), ensino fundamental (para alunos de seis a 14 anos) e o ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos). A educação básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Atualmente, os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação.

Outros documentos fundamentais são a Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Durante esse período, crianças e adolescentes devem receber a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, como aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Também é um objetivo da educação básica fornecer os meios para que os estudantes progridam em estudos posteriores, sejam eles no ensino superior ou em outras modalidades educativas.

Apesar da correlação existente entre a idade dos alunos e o nível e as modalidades de ensino, as leis e regulamentos educacionais garantem o direito de todo cidadão frequentar a escola regular em qualquer idade. No entanto, também é uma obrigação do Estado garantir os meios para que os jovens e adultos que não tenham frequentado a escola na idade adequada possam acelerar seus estudos e alcançar formação equivalente à educação básica.

Também é dever do Estado oferecer o ensino fundamental e ensino médio de forma gratuita e universal, onde o ensino deve permitir ao estudante concluir a educação básica dominando conhecimentos e habilidades que possibilitem escolher rumos na vida adulta e também estar preparado para a inserção no mercado de trabalho.

A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), uma série de alterações na educação brasileira aconteceu. Novas propostas de gestão da educação, de financiamento, de programas de avaliação educacional, de políticas de formação de professores, dentre outras medidas, foram implementadas com o objetivo de melhorar a qualidade da educação.

Apesar do aumento quantitativo em termos de acesso, isso não fez com que houvesse uma melhora automática na qualidade do sistema educacional, porém, a busca pela qualidade da educação tem provocado intenso debate entre pesquisadores, políticos, gestores educacionais e outros segmentos sociais interessados e comprometidos com a educação.

Conforme consta na Lei 9.394/1996 no Art. 1º. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade e nas manifestações culturais”.

E conforme o Art. 2º da mesma Lei, "a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Portanto, é por meio da educação que o indivíduo constrói seus saberes, onde a escola tem que considerar as diferenças individuais e buscar a sua identidade social, articulando-se com a realidade e buscando melhoria contínua nos processos educativos, de forma que os saberes proporcionem uma educação de qualidade, democrática e formadora de sujeitos conscientes de seus papéis na sociedade.

2.2 A Gestão Educacional numa perspectiva participativa e colaborativa

A discussão sobre a participação da comunidade na gestão educacional de forma mais democrática na educação básica no Brasil aconteceu de maneira mais expressiva a partir dos anos 80. Diferentes fatores influenciaram nesse processo, entre eles, durante o período da ditadura militar (1964-1985) que a administração pública do Brasil se dava sem os mecanismos próprios da democracia representativa e a escola possuía uma gestão centralizadora e sem muito envolvimento da comunidade local, porém, certos segmentos da sociedade passam a contestar essas características da gestão pública e a lutar por uma prática mais democrática e inclusiva. Assim, a escola começa a estruturar uma abertura a participação da sociedade em sua administração. Um outro fator foi a abertura política pelos segmentos da comunidade escolar (professores, funcionários, responsáveis e alunos) que modificou as relações sociais e políticas no interior da escola, argumentando-se que a instituição seria o local privilegiado da diversidade de opiniões e pensamentos e, portanto, não seria coerente que a gestão apenas valorizasse uma concepção de mundo, mas também da necessidade de se criar meios para que outras comunidades pudessem participar da execução e das decisões a serem desenvolvidas no espaço escolar.

Com a Constituição Brasileira de 1988, houve a necessidade de se elaborarem dispositivos legais para que ocorresse uma gestão escolar democrática e participativa, portanto, muitos movimentos organizados aconteceram em defesa das novas concepções de gestão escolar defendidas pelos profissionais de educação.

Na Conferência Mundial de Educação para Todos, de 1990, que ocorreu em Jontiem (Tailândia), com cerca de 1.500 participantes de 155 países, incluindo autoridades nacionais, especialistas em educação, representantes de organismos intra-governamentais, técnicos, organizações não governamentais, administração educacional e órgãos multilaterais nos serviços educacionais de diversas nações, também foi defendida a gestão

educacional democrática. Foram analisados os principais pontos da educação mundial e elaboradas novas diretrizes educacionais no mundo. No Brasil serviu de embasamento para elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos em 1993, o qual indica os principais compromissos da educação brasileira e estabelecendo as diretrizes essenciais para que os estados e municípios elaborassem seus próprios planos decenais.

Também na Conferência resultou a produção de documentos que representavam tanto um consenso dos países participantes sobre a situação da educação mundial, quanto compromissos para garantir a necessidade de educação às crianças, jovens e adultos. No final, esses documentos foram compilados e recebeu o nome de “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”. No Art. 9, cita a necessidade da participação de todos os segmentos da sociedade para a qualidade da educação "Art. 9 - Para que as necessidades básicas de aprendizagem para todos sejam satisfeitas mediante ações de alcance muito mais amplo, será essencial mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, políticos, privados ou voluntários. Todos os membros da sociedade tem uma contribuição a dar [...]."

Na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional - LDB - Lei nº 9.994/1996, foram feitas algumas referências sobre a execução da gestão democrática. No inciso VIII, do artigo 3º, ressalta os princípios do ensino público e fixa que a sua gestão democrática se dá na forma da própria LDB e da Legislação dos sistemas de ensino.

Outra referência na LDB, no artigo 14 e seus dois incisos que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I) Participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

II) Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Também no artigo 56 (LDB), define que as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Para Luce e Medeiros (2006), a gestão democrática corresponde a conjunção entre instrumentos formais (eleição de direção, conselho escolar, descentralização financeira) e práticas efetivas de participação, que conferem a cada escola sua singularidade, articuladas em um sistema de ensino que igualmente promova a participação nas políticas educacionais mais amplas.

Segundo Minayo (1999), para construir um processo de gestão democrática nas escolas, as ações devem ser levadas em consideração a variedade, o imprevisto e a construção do novo, onde a organização e o funcionamento das instituições não recorram a procedimentos previamente idealizados e descontextualizados, precisa se preocupar com a criação e o desenvolvimento de dinâmicas instituídas, e não apenas repetitivas. O espaço escolar deve ser de um diálogo horizontal, de construção de um processo comunicativo que respeite todos os pontos de vista com o intuito de fortalecer essa participação.

Paro (2005a), defende o incentivo da presença dos pais nas reuniões escolares, garantindo-lhes ausentar-se do trabalho, sem descontos financeiros, respaldados por Lei Federal, a fim de que esse ator possa se inserir de maneira mais forte no dia-a-dia da gestão escolar.

Bastos (2002), argumentam que a construção dos processos de participação dos sujeitos tem de ser consolidada, para que se possa haver um controle social e democrático e, portanto, evitar que ele se transforme em máquina totalitária que disciplina e controla os membros da sociedade.

Para a efetiva gestão democrática na educação, alguns pré-requisitos se configuram como necessários, são eles: Transparência das informações, dos controles e das avaliações; debate e votação das decisões coletivas; normas de gestão regulamentadas e/ou legitimadas pela maioria; coerência da gestão com o processo democrático mais amplo da sociedade; e, vigilância e controle da efetividade das ações. (Fortuna, 2000).

Segundo Libâneo (2004), os profissionais da Educação devem possuir formação para desenvolver a efetiva gestão escolar democrática e apresenta as seguintes competências esperadas: a) desenvolver capacidade de interação e comunicação entre si e com o aluno, de modo a saber participar ativamente de um grupo de trabalho e/ou de discussão; b) desenvolver capacidade de liderança; c) compreender os processos envolvidos nos trâmites da organização escolar, nos âmbitos pedagógicos e curriculares; d) ter a capacidade de tomar decisões sobre temas da organização escolar e dos dilemas da sala de aula; e) conhecer e ter domínio dos temas da educação como um todo para poder participar ativamente das discussões sobre gestão escolar; f) saber elaborar planos de ação; g) utilizar métodos de pesquisa para problematizar seu cotidiano; e h) aprender sobre métodos da gestão de sistemas de ensino, como avaliações de redes, avaliações de professores.

Outra questão importante para a efetiva gestão educacional democrática é o Projeto Político Pedagógico (PPP), que segundo Gandin (2000), é de suma importância para a construção de uma escola que produza transformações sociais, considerando que por meio dele que se definem os objetivos que se pretende alcançar e os possíveis caminhos para tanto. Uma das principais metas que se almeja no PPP é que a escola realize uma educação de qualidade e para que isso seja possível, faz-se necessário uma participação de todos os atores envolvidos no cotidiano escolar na sua elaboração e não existe argumento que pais e alunos não possuam o conhecimento técnico suficiente para tal trabalho.

Dessa forma, por concentrar as principais reflexões e objetivos esperados por todos os atores da unidade escolar, o PPP integra os diferentes anseios de todos sujeitos. Para Teixeira (2002), o projeto político pedagógico da escola pode ser visto como proposta educativa da unidade de ensino capaz de mobilizar, orientar e dirigir todas as ações no âmbito da instituição em consonância com as concepções básicas dos elementos envolvidos, com as suas reais possibilidades e as necessidades da comunidade atendida.

Outro mecanismo na construção do processo de gestão democrática e participativa nas escolas são os conselhos escolares, que devem

incentivar praticas participativas de todos os segmentos da escola, justamente por possuírem uma composição representativa de todos os atores da comunidade, porém, faz-se necessário que todos os membros tenham acesso as informações e dados necessários para conhecimento da realidade escolar. Esses conselhos precisam ter atribuições deliberativas, consultivas e fiscalizadoras, de modo a se tornar uma importante peça das atividades políticas e administrativas e não funcionar como um mero órgão de consultas (Luce e Medeiros, 2006).

Na questão que envolve a eleição para diretores, as discussões sobre gestão democrática estão bem presentes, porém existem varias maneiras de provimento de cargos para a equipe de diretoria nas escolas. Mendonça (2000), delimita basicamente quatro formas de acesso para diretores no Brasil: a) indicação - livre nomeação por autoridade do Estado, podendo existir, para tal, pressão político-partidário; b) concurso público de provas e títulos; c) eleição - por manifestação, através do voto, dos vários segmentos da comunidade escolar; e d) seleção e eleição - habilita o candidato por meio da realização de provas ou obrigatoriedade em participar de algum curso.

Portanto, seja qual for a forma de acesso ao cargo de direção, o gestor educacional precisa ser um profissional que tenha além de conhecimentos técnicos específicos, tenha também a capacidade de estar aberto ao dialogar com todos os segmentos da sociedade e o compromisso em alcançar o objetivo comum, a qualidade da educação.

Assim, a gestão escolar por ser constituída de uma equipe de profissionais responsáveis pela organização, orientação administrativa e pedagógica da escola, precisa fazer acontecer o desenvolvimento e aprendizagem para a cidadania competente do aluno. Portanto, a gestão escolar tem que estar preparada para ter uma atitude proativa e capaz de assumir com autonomia a resolução e o encaminhamento adequado de suas problemáticas educacionais cotidianas e globais.

Segundo Lück (2007), os princípios da gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a

coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos.

O gestor escolar é o maior líder da escola, a quem compete a liderança e organização do trabalho de todos os que nela atuam, responsável por se fazer cumprir os objetivos educacionais, desempenho da comunidade escolar e por atingir os padrões de qualidade definidos pelo sistema de ensino, das leis nacionais, estaduais e municipais. Portanto, é o principal articulador dos processos educacionais dentro da escola na busca de qualidade do ensino.

Por vivemos em uma sociedade marcada pela economia baseada no conhecimento e na tecnologia da informação, com uma intensa dinâmica social, relações e influências globalizadas e constituem-se em oportunidades culturais estimulantes e interessantes a todas as pessoas e organizações, portanto, a educação é indispensável como ação contínua e permanente, demandando das instituições que a promovem, formas de reinventá-las e melhorando suas competências continuamente.

Assim, a gestão escolar enfrenta novos desafios e exigências diariamente para atender o compromisso legal de formar cidadãos com capacidade de enfrentar essa intensa dinâmica social. De modo a atender essas demandas, torna-se indispensável que a gestão escolar tenha articulação constante com todos os segmentos sociais, de forma a conhecer a realidade e competências necessárias para realizar nos contextos educacionais os ajustes e mudanças de acordo com as necessidades e demandas existentes, tanto externa, quanto interna, da escola, estabelecendo uma comunidade de ensino efetivo.

Pois, a gestão escolar voltada para transformação social, descentraliza o poder na instituição escolar e procura trabalhar com a participação dos estudantes, funcionários, professores, pais e comunidade local na gestão da escola e na luta pela superação da forma como a sociedade está organizada. Isso implica, em está sempre repensando a concepção de trabalho, as relações sociais estabelecidas no interior da escola, a forma como

ela está organizada, a natureza e especificidade da instituição escolar e as condições reais de trabalho pedagógico.

2.3 A parceria da escola com outras instituições da comunidade

Na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, aprovada em 1996, no seu Art. 12, define que os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Quanto à participação da comunidade no cotidiano escolar, Dias (1998), enfatiza que “a escola tem [...] a preocupação de conquistar o apoio da comunidade, considerando-o relevante para uma atuação eficaz”.

De acordo com Libâneo (2008), todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida, possibilitando portanto, o conhecimento e a avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada da vida da escola.

A participação da comunidade no setor educacional na tomada de decisões, dá respaldo aos governantes atenderem melhor as necessidades educacionais da nação. A este respeito, Lück (2007), afirma que o gestor deve liderar e garantir a atuação democrática efetiva e participativa da comunidade, proporcionando a integração e a articulação entre a escola e a comunidade na qual está inserida, com o apoio e plena participação dos colegiados escolares, mediante a realização de atividades de âmbito pedagógica, científica, social, esportiva, cultural entre outras, fator de fundamental importância para o adequado funcionamento da escola, bem como da qualidade de ensino. Cabe também ao gestor educacional estar ciente das questões da comunidade

escolar, interpretando seus processos sociais e orientando o seu melhor encaminhamento.

Cada vez mais a rede pública de ensino vêm trabalhando com projetos em parceria com a comunidade, sugerindo uma relação mais interativa entre as partes, incentivando as empresas e outras instituições a apoiar financeiramente escolas públicas, contribuindo com recursos materiais para reparos e manutenção do prédio escolar, complementação do quadro de funcionários e, até mesmo, complementação salarial de professores. Facilitar e ampliar a participação de empresas e agentes da comunidade na gestão do ensino público; Captar recursos financeiros e aprimorar seu gerenciamento em benefício da escola pública; e regionalizar ações e desenvolver mecanismos que facilitem a interação escola-comunidade, são os principais objetivos dos projetos.

Considerando as iniciativas tomadas pelo setor público educacional e também pelos diversos segmentos da comunidade, observa-se a tendência de estimular o fortalecimento de ações em parceria com entidades da sociedade no provimento de recursos e a participação na gestão do sistema público de ensino, como meio de construção de uma escola de qualidade. Nas propostas, nota-se que a perspectiva de parceria, vem sendo ampliada e articulada ao discurso de necessidade de autonomia da escola.

Portanto, compreendemos que a educação é um processo organizado, sistemático e intencional, ao mesmo tempo é complexo, dinâmico e evolutivo, não demanda apenas um grande quadro funcional, mas também da participação da comunidade, dos pais e de organizações diversas, para uma qualidade necessária que a sociedade tecnológica da informação e do conhecimento demanda.

Entendemos que o papel da escola não está mais fechada em si mesma, está cada vez mais aberta ao diálogo com a comunidade, até porque com o avanço da tecnologia da informação, o mundo está globalizado e por consequência mais dinâmico e exigindo novas formas de se relacionar. A escola vem abandonar conceitos cristalizados e ficar mais próximo da comunidade na busca de parcerias, com o objetivo de atender seu papel de

formar indivíduos mais completos para exercer seu papel de cidadão numa sociedade globalizada.

Essa aproximação escola/comunidade é um novo desafio para a gestão escolar, pois, essa participação da comunidade tem que ultrapassar o âmbito individual e atingir o âmbito coletivo, visto que a escola precisa ter espaço aberto de participação, gestão democrática e participativa, assegurada na LDB/96.

Nesse sentido, a busca pela melhoria da educação nos tempos atuais, não é algo fácil para a gestão educacional, pois, todo o avanço da tecnologia da informação vem exigir cada vez mais da gestão.

A falta de interesse dos alunos dentro da sala de aula está cada vez maior, causando um percentual grande de evasão nas escolas, pois, observa-se que os temas trabalhados em sala de aula estão dissociados do cotidiano do aluno. Então, o desafio da gestão escolar é criar um ambiente que tenha a ver com a convivência do aluno fora da escola, achar maneiras de trabalhar os problemas existentes na comunidade de forma crítica e reflexiva e buscar soluções para tais problemas, onde o conteúdo do currículo escolar esteja relacionado com sua vivência na sociedade e possibilitando assim, a construção de seus próprios conhecimentos e conseqüentemente, obtendo uma educação para uma ampla autonomia.

Nesse sentido, conforme proposto no Art. 1º. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade e nas manifestações culturais”.

Assim, vem a importância da parceria da escola/comunidade para contribuir com o ensino aprendizagem dos alunos, pois, envolver a comunidade nos projetos educativos dentro e fora do espaço escolar, possibilita uma melhor participação dos alunos. A união de propósitos, escola/comunidade, em torno de um objetivo comum, vai estreitar e fortalecer as relações interpessoais, a solidariedade, o respeito a vida, a construção de uma sociedade mais justa e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida.

Nessa busca de objetivos comuns, se constitui o encontro de diferentes segmentos sociais. De acordo com Orsolon (2009), a parceria significa assumir juntos a educação e a relação de parceria supõe confiança mútua e cumplicidade, isto é, conversas, trocas, discussões dos problemas e solução conjunta das decisões tomadas.

Elaborar parcerias significa unir indivíduos que estão interessados em trabalhar juntos para atingir objetivos comuns. Além disso, uma parceria bem sucedida é por natureza colaborativa, pois é baseada no que é justo para ambas as partes e no respeito mútuo entre os indivíduos. Flexibilidade e diversidade são características importantes do envolvimento entre escola/família. (Davis e Groubaum, 2002).

Hoje, já existem escolas que trabalham a educação integral, ou seja, aumento do tempo de permanência dos estudantes nas escolas. A proposta é uma forma de tornar todos os membros de uma sociedade envolvidos e corresponsáveis pelo processo de aprendizagem e desenvolvimento de suas crianças e jovens, portanto, para que isso ocorra de fato, é preciso que a sociedade reconheça que a escola não é a única detentora do conhecimento e que a responsabilidade educativa dos alunos é efetivamente responsabilidade de todos da comunidade escolar, das pessoas e dos os segmentos da sociedade.

Porém, como mostrar à sociedade de modo geral, que está fora do espaço escolar, que eles também podem contribuir com o processo de ensino aprendido dentro da escola? A princípio, a gestão escolar precisa se fazer um espaço democrático e participativo, abrir as portas da escola para comunidade, tornando-a um ponto de referência onde a comunidade possa participar das discussões de temas de interesse comum e procurar soluções em conjunto, assim, é possível aproximar os diversos sujeitos à escola e, conseqüentemente, ter um real processo de Educação de qualidade.

A gestão educacional precisa reconhecer o espaço onde a escola está inserida, mapear seus problemas e necessidades, seus potenciais e possíveis parceiros, descobrir onde está a sociedade civil organizada do local, compreender o papel desempenhado pelas associações de bairro, sindicatos,

grupos religiosos, grupos culturais, organizações sociais, empresas, órgãos públicos, entre outros, além de está aberta a novas ideias e disposta a somar forças na transformação de seu processo pedagógico e a contribuir significativamente com a realidade social dos alunos. Para tanto, nessa parceria da escola/comunidade que se forma uma estrutura única em prol da qualidade da educação, pois a escola não pode ser a única responsável a garantir a formação de seus estudantes, pois os esforços são somados e os recursos compartilhados e conseqüentemente alcançando melhores resultados.

A integração da escola com a comunidade tem sido identificada como um fator importantíssimo para o bom funcionamento da escola e qualidade de seu processo educacional. Diretores, cujas escolas foram selecionadas para receber o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar, têm expressado que uma das estratégias mais importantes para levantar “escolas derrubadas” tem sido a abertura do estabelecimento de ensino para a comunidade. A escola passou a ser um ambiente mais alegre e cordial e o espírito educativo melhorou. Essa organização e sistematização são promovidas sob a forma de parcerias na educação, que se constituem em esforços colaborativos entre as escolas e a comunidade, incluindo as empresas (Lück, 2007).

2.4. A importância da melhoria das relações interinstitucionais ao nível da gestão educacional

Observamos que o estreitamento das relações da gestão educacional com outros segmentos da sociedade já acontece, como forma de melhorar a qualidade da educação. Empresas, ONGs, fundações e outras organizações sociais, já desenvolvem projetos em parceria com a rede de ensino público em prol da educação, porém, ainda existe um grande caminho a percorrer, pois a demanda da escola é muito grande, são muitos os fatores e áreas do conhecimento que precisam da colaboração da comunidade para melhoria da educação e as contribuições ainda são poucas. A maioria das

parcerias ocorrem de forma pontual, isto é, uma pequena participação em algum projeto da escola.

A participação, portanto, demanda de preparação da gestão educacional, que envolve a capacidade de tomar decisões de forma compartilhada e comprometimento com a implementação das decisões tomadas. Para tanto, cabe a gestão educacional, promover na escola um ambiente propício para uma participação efetiva, pois as parcerias bem sucedidas possuem objetivos e metas bem definidos e mutuamente acordados. Os parceiros devem esperar continuar juntos por um longo período, mesmo que mude e evolua o compromisso, a continuidade são essenciais para o sucesso da parceria.

Todas as atividades assumidas em conjunto, escola/parceiro, são destinadas a enriquecer o ensino aprendido dos alunos e quando são bem construídas, obtêm uma boa resposta para as preocupações que a população tem a respeito da educação.

A complexidade do mundo e sua inter-relação, torna-se cada vez mais evidente a necessidade da participação da comunidade para a melhoria da educação. Por meio dessas parcerias, a sociedade demonstra aos alunos o seu compromisso com a educação e sua importância, assim, criando para eles melhoria na aprendizagem.

A gestão escolar, portanto, tem a competência em liderar e compartilhar liderança, tanto na comunidade interna, como externa da escola, com uma visão de conjunto do trabalho educacional e do funcionamento da escola. Tem também, que buscar formas de sistematizar o diálogo contínuo entre as lideranças dos outros setores da sociedade, fazendo com que entendem e absorvam que a responsabilidade da educação não se restringe à escola e portanto, se tornar uma rotina e normalidade a participação da comunidade do processo educativo. Desta forma, buscar mais empresas e/ou, outros segmentos da sociedade, a se envolverem na causa da qualidade da educação é uma necessidade para a área educacional.

CAPÍTULO 2 - O PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

2.5 A educação ambiental e o desenvolvimento sustentável

Existem várias definições de desenvolvimento sustentável, porém, segundo a WWF Brasil, a definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas, que define: "Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações."

A ideia de desenvolvimento sustentável surgiu a partir da necessidade de se obter um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, considerando que o atual modelo de crescimento econômico causa grandes desequilíbrios no planeta, pois, de um lado, aumentou a riqueza, e de outro, a miséria, a degradação ambiental e a poluição.

Segundo Mayor (1998), a educação é a chave do desenvolvimento sustentável, onde a educação deve ser oferecida a todos os membros da sociedade, segundo modalidades modernas e com a ajuda de novas tecnologias, de tal forma que cada um se beneficie de maneiras reais de se instruir ao longo da vida.

Nos Incisos I e II do art. 4º da Lei nº 9.795/1999 - Política Nacional de Educação Ambiental, determina que são princípios básicos da educação ambiental, o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, com a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.

Portanto, entendemos que é por meio da educação que podemos alcançar o desenvolvimento sustentável, onde a educação ambiental vem contribuir para que o indivíduo entenda os fatores que interferem na qualidade de vida na terra. Ao tomar posse desse conhecimento de forma

crítica e reflexiva poderá comprometer-se com os problemas existentes na sua comunidade e buscar alternativas para viver de forma sustentável.

Os programas de educação ambiental implementados pelos poderes públicos precisam estimular um fluxo de ida e volta de informações, onde as ideias e informações relacionadas as questões nacionais e globais estejam relacionadas com as situações locais, usando exemplos e experiências vivenciadas nas comunidades.

Na concepção de Medina (2000), a Educação Ambiental visa a construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças, como por exemplo, minorias étnicas, populações tradicionais, assim como a perspectiva da mulher e a liberdade para decidir entre os caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável, sempre respeitando os limites dos ecossistemas, que são substrato de nossa própria possibilidade de sobrevivência como espécie.

Para Sauvé (1997), a Educação Ambiental visa a induzir dinâmicas sociais, de início na comunidade local e, posteriormente, em redes mais amplas de solidariedade, promovendo a abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais e uma compreensão autônoma e criativa dos problemas que se apresentam e das soluções possíveis para eles.

Segundo Philippi (2001), a Educação Ambiental deve buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa das espécies que habitam o planeta com o meio ambiente, onde é preciso considerar que a natureza não é fonte inesgotável de recursos e suas reservas são finitas.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura -MEC (2006), entender e conhecer a dinâmica do processo da Educação Ambiental significa incorporar no próprio processo de pesquisa as suas características e natureza. Entre as mais importantes, deve-se mencionar o seu papel transformador e crítico, a sua interseção com uma multiplicidade de dimensões, o contexto social, econômico, a cidadania e o ambiental.

2.6 A educação ambiental no contexto mundial

Para muitos estudiosos, o livro "Primavera Silenciosa", lançado em setembro de 1962, pela bióloga Raquel Carson, onde a autora faz um alerta sobre os efeitos danosos de inúmeras ações humanas sobre o ambiente, serviu de referência para o começo das discussões internacionais sobre o meio ambiente.

Em 1968, a UNESCO, organizou em Paris, a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera, conhecida como Conferência da Biosfera e direcionada para os aspectos científicos da conservação da biosfera e pesquisas em Ecologia. Um dos documentos mais importantes foi o Relatório Meadows, conhecido como "Relatório do Clube de Roma", que teve como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais.

Um grupo de pesquisadores liderado por Dennis L. Meadows, publicou "Os Limites do crescimento", em 1972. O estudo diz que para atingir a estabilidade econômica e respeitar que os recursos naturais são finitos, é necessário congelar o crescimento da população global e do capital industrial.

Na Conferência das Nações sobre o Ambiente Humano, que aconteceu em Estocolmo, na Suécia, em 1972, e contou com representantes de 113 países, os principais resultados formais do encontro constituíram a Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo, que profere "tanto as gerações presentes como as futuras, tenham reconhecidas como direito fundamental, a vida num ambiente sadio e não degradado". Nesta conferência, além de outras ações, foram dadas diretrizes para um Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA.

Em 1975, conforme às recomendações da Conferência de Estocolmo, A UNESCO promoveu em Belgrado (Iugoslávia) um encontro internacional em educação ambiental, então criado o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA, com os seguintes princípios orientadores: A educação ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às

diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais, onde fala das necessidades e desejos de todos os cidadãos da Terra e propõe temas sobre a erradicação das causas básicas da pobreza como a fome, o analfabetismo, a poluição, a exploração e dominação, devam ser tratados em conjunto e diz que nenhuma nação deve se desenvolver às custas de outra nação, havendo necessidade de uma ética global. Fala também, que a reforma dos processos e sistemas educacionais é central para a constatação dessa nova ética de desenvolvimento e que a juventude deve receber um novo tipo de educação que requer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidade, entre o sistema educacional e sociedade e propõe um programa mundial de educação ambiental.

A UNESCO, em 1977, organiza a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi (ex. URSS), com a colaboração do PNUMA, onde definiu-se os objetivos, as características e as estratégias pertinentes no plano nacional e internacional, onde postulou-se que a educação ambiental é um elemento essencial para uma educação formal e não formal, e que dela resultarão benefícios para a Humanidade.

No seminário de educação ambiental para América Latina realizado pela UNESCO e PNUMA na Costa Rica, em 1979, o departamento do Ensino Médio/MEC e a CETESB publicaram o documento “Ecologia - Uma proposta para o Ensino de 1º e 2º graus”.

Em 1987, foi realizado o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativa ao Meio Ambiente, promovido pela UNESCO, em Moscou, Rússia, onde tratou-se da importância da formação de recursos humanos nas áreas formais e não formais de educação ambiental e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis de ensino.

Na Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, aprovada na Conferência Mundial sobre educação para todos, realizada em Jomtien, Tailândia, 1990, reitera: “confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, linguística

e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente....”

Em 1992, foi realizada a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, RIO-92, onde a grande preocupação se centra nos problemas ambientais globais e nas questões do desenvolvimento sustentável. Entre os vários documentos emanados desta conferência, destacam-se a Agenda 21, que apresenta um plano de ação para um desenvolvimento sustentável dos vários países, onde de acordo com os preceitos desta agenda, deve-se promover, com a colaboração apropriada das organizações não governamentais, todo tipo de programas de educação de adultos, de forma a incentivar uma educação permanente sobre meio ambiente e desenvolvimento, centrada nos problemas locais.

Na Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, realizada em Thessaloniki, em 1997, houve o reconhecimento que, passados cinco anos da Conferência Rio-92, o desenvolvimento da educação ambiental foi insuficiente.

Em 2000, foi realizada a reunião internacional de especialistas em educação ambiental, em Santiago de Compostela, promovida pela UNESCO e Xunta da Galícia, da qual, resultou um documento propondo novas ações que levassem a enfrentar, com êxito os desafios ambientais do novo milênio.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 2012, marcou os 20 anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, onde foram temas principais de debates: A economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

2.7 A educação ambiental no contexto nacional

A preocupação com os problemas ambientais no Brasil não é recente, porém, ocorreram a princípio, de forma fragmentada, com discussões e criação de leis específicas para determinado problema existente em uma determinada região ou localidade.

Em 1891, com o Decreto 8.843, foi criada a reserva florestal no Acre, com o objetivo de impedir a devastação desordenada das matas da região.

No Rio de Janeiro, em 1934, foi realizada no Museu Nacional, a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, que contou com a participação de organizações da sociedade civil e instituições públicas preocupadas com a conservação da natureza.

O primeiro Código Florestal foi de 1934 por meio do Decreto 23.793/34, onde a legislação visava impedir os efeitos sociais e políticos negativos causados pelo aumento do preço ou pela falta da lenha. A Lei obrigava os donos de terras a manterem 25% da área de seus imóveis com a cobertura de mata original e demonstrava uma tendência de preservação ambiental.

Em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, no âmbito do Ministério do Interior, que entre outras atividades, começa a fazer Educação Ambiental.

Em agosto de 1981, foi criada a Lei nº 6.938, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no inciso X do artigo 2º, estabelece que a educação ambiental deve ser ministrada a todos os níveis de ensino, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

O Ministério de Educação e Cultura - MEC, emite o Parecer 819/85, que reforça a necessidade da inclusão de conteúdos ecológicos ao longo do processo de formação do ensino de 1º e 2º graus, integrados a todas as áreas do conhecimento de forma sistematizada e progressiva, possibilitando a “formação da consciência ecológica do futuro cidadão”.

A Constituição Federal (CF), de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Para cumprimento dos preceitos constitucionais, leis federais, decretos, constituições estaduais, e leis municipais determinam a obrigatoriedade da Educação Ambiental.

Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, onde nele funciona a Divisão de Educação Ambiental.

Em 1991, por meio da Portaria 678/91, o Ministério de Educação e Cultura - MEC, determinou que a educação escolar deveria contemplar a educação ambiental permeando todo o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino, onde foi enfatizada a necessidade de investir na capacitação de professores e na Portaria 2421/91, institui em caráter permanente um grupo de trabalho de educação ambiental, com o objetivo de definir com as secretarias estaduais de educação, as metas e estratégias para a implantação da educação ambiental no país e elaborar proposta de atuação do MEC, na área da educação formal e não formal, para a Conferência da ONU, sobre o meio ambiente e desenvolvimento.

O IBAMA elaborou uma proposta interdisciplinar de educação ambiental para Amazônia, em 1993, com as universidades e secretarias de educação da região, com publicação de um documento metodológico e um de caráter temático com 10 temas ambientais da região.

O MEC emite a Portaria 773/93, que institui em caráter permanente um grupo de trabalho para educação ambiental, com objetivo de coordenar, apoiar, acompanhar, avaliar e orientar as ações, metas e estratégias para a implementação da educação ambiental nos sistemas de ensino em todos os níveis e modalidades.

Em 1994, foi aprovado o Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA, com o objetivo de capacitar o sistema de educação

formal e não formal, supletivo e profissionalizante, em seus diversos níveis e modalidades.

Foram implantados novos parâmetros curriculares pelo MEC, em 1996, nos quais incluem a educação ambiental, como tema transversal do currículo e criados cursos de capacitação em educação ambiental.

A Lei nº 9.276/96, estabelece o plano plurianual do Governo 1996/1999 e define como principais objetivos da área de meio ambiente a promoção da educação ambiental.

Entre 1997 e 1998, a coordenação de educação ambiental do MEC, promoveu cursos de capacitação de multiplicadores, teleconferências, seminários e fóruns nacionais e produziu vídeos, para serem exibidos pela TV Escola.

Foi promulgada a Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA e o MEC emite a Portaria 1648/99, que cria o grupo de trabalho, com representantes de todas as suas secretarias, para discutir a regulamentação da referida Lei.

Em 2004, foi realizado o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, após sete anos de intervalo, ocorrido entre o IV Fórum, com o lançamento da Revista Brasileira de Educação Ambiental - RBEA e com a criação da Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental - REBECA, com o objetivo de divulgar as questões relacionadas à educação ambiental.

Em 2010, o Projeto de Lei nº 8.035-B, aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, que determina como diretrizes no Art. 2º - X: A promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8, em 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, incluindo os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos, e define que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global.

Em 2012, com a Resolução nº 2, o Ministério da Educação, estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental, em conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º e na alínea “c” do § 2º do artigo 9º da Lei nº 4.024/1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131/1995, nos artigos 22 a 57 da Lei nº 9.394/1996 e com fundamento no Parecer CNE/CP nº 14/2012.

O 8º Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, foi realizado em Belém-PA, em 2014, e teve como objetivo fortalecer a educação ambiental brasileira, em suas diversas matrizes, por meio da consolidação de experiências desenvolvidas nos mais variados contextos, através dos atores sociais, que se articulam através da malha da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), criando mecanismos de maior divulgação, intercâmbio e avaliação dessas experiências.

2.8 A educação ambiental no processo educativo

Na Lei nº 9.795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, no seu Art. 2º define "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal."

São objetivos, características e estratégias pertinentes no plano nacional e internacional, que a educação ambiental é um elemento essencial para uma educação formal e não formal, e que dela resultarão benefícios para a Humanidade. (UNESCO, 1977).

São muitas as determinações legais que ampara a efetiva prática da educação ambiental e responsabilidades, tanto na educação formal quanto na não formal.

2.8.1 - A educação ambiental na educação formal

Com o surgimento de novos paradigmas científicos, do processo de globalização, dos problemas ambientais no contexto mundial, da orientação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira, quanto à inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), orientados pelo Ministério de Educação, as escolas encontram-se perante uma crise quanto a seus objetivos e a sua função na questão em particular, de como capacitar os gestores e professores em educadores ambientais, considerando, inclusive, as orientações do Conselho Federal de Educação, no Parecer nº 226/87, quanto ao caráter interdisciplinar, a Constituição Federal, que aponta a educação ambiental como obrigatória em todos os níveis, e o Programa Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999).

Na Lei nº 9.795/1999, no seu Art. 3º, Inciso I, vem determinar como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo ao Poder Público, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

E no Art. 10, determina que a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. No Inciso 1º a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

Portanto, a educação ambiental precisa fazer parte do currículo da escola e está presente no cotidiano escolar de forma integrada e contínua, envolvendo a gestão, professores, alunos, equipe técnica e administrativa, pessoal de apoio, família, segmentos sociais, empresas, órgãos públicos, instituições, entre outros, que fazem parte da sociedade e que possam contribuir para uma efetiva educação ambiental na escola.

Observamos que a educação ambiental já está presente no currículo da educação básica, nos livros didáticos e em projetos elaborados na escola, porém, na sua maioria, são executados em datas comemorativas ao meio ambiente e não ocorrem de forma sistemática no cotidiano da escola e com isso os problemas ambientais se intensificam cada vez mais, pois, a educação ambiental na escola, tem que acontecer em todos os momentos da vida dos alunos, de forma efetiva, dentro e fora da escola.

Porém, para que a educação ambiental faça realmente parte integrada da escola, faz-se necessário, a capacitação da gestão educacional e dos professores, pois, como qualquer outra área de conhecimento, a educação ambiental também possui especificidades conceituais, que devem ser compreendidas com clareza para um correto desempenho de suas atividades, além de que, ela não se apresenta nas disciplinas tradicionais, e ainda é um campo de conhecimento bastante complexo e seu processo de assimilação requer estudos específicos, portanto, no âmbito educacional, é um desafio da atualidade.

Segundo Gramsci (1995), a falta de clareza sobre os princípios e conceitos da educação ambiental, que estão sendo apropriados e difundidos por diversas categorias de "intelectuais" e reproduzidos por segmentos que estão a serviço da supremacia, tais como, os meios de comunicação, documentos oficiais, conferências e tratados internacionais, escolas e livros didáticos, contribui para consolidar a ordem vigente e a problemática ambiental.

Guimarães (2003), observou que as práticas de educação ambiental dos professores, são de ações e resoluções pontuais de problemas ambientais. Esta constatação revela que o processo educativo não considera o enfrentamento do problema dentro do contexto socio-histórico, portanto, não objetiva a transformação da sociedade.

Portanto, entendemos que a educação ambiental precisa ser um processo educativo de constante ação-reflexão-ação, onde as ações educativas tragam oportunidades de mudanças na sociedade, considerando

que não é uma atividade isolada, pois, envolve todo um contexto, ambiental, cultural, biológico, político e histórico de uma sociedade.

Nessa tarefa, é importante que sejam envolvidas as diferentes instituições governamentais e não governamentais, pois, é por meio da articulação entre os diferentes níveis do estado, das instituições da sociedade civil, entre outros segmentos, que a complexidade e a riqueza quanto às diferentes dimensões que esse processo demanda, poderão ser consideradas.

2.8.1.1 A educação ambiental na sala de aula

Apesar de todos os documentos legais que determinam ao poder público a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino, ainda se observa uma fragilidade e superficialidade na sua aplicação em sala de aula. Mesmo que as recomendações em diversos eventos sejam de que a educação ambiental deve ser uma prática interdisciplinar, sua inserção no sistema educacional brasileiro ainda se dar em forma disciplinar, geralmente sua abordagem fica a cargo da disciplina de Biologia ou como uma matéria a parte, portanto, adquire um caráter fragmentado.

Para que a abordagem da educação ambiental na sala de aula seja de forma interdisciplinar, isso quer dizer, integrado com diferentes áreas do conhecimento, aberto ao diálogo, transcendendo os métodos de uma disciplina para outra e sem perder a finalidade disciplinar, faz-se necessário, está presente no processo educativo como um todo, com foco num objetivo comum, voltado para as relações entre o meio ambiente e a humanidade.

As estratégias utilizadas em sala de aula para se trabalhar a educação ambiental, precisa possibilitar ao aluno uma reflexão crítica que lhe permita construir seus conhecimentos, que, quando desvinculados da realidade, compromete o real objetivo a ser alcançado.

Portanto, é importante observar que, considerando que a educação ambiental não é uma disciplina específica e deve ser trabalhada na perspectiva da transversalidade, pedagogicamente denominada

interdisciplinaridade e que ainda não existe um padrão a ser seguido, a gestão escolar e professores devem estar aptos e conscientes dos problemas ambientais e, ainda, estar convictos da importância do processo educativo como instrumento de participação do gerenciamento ambiental.

Os conteúdos abordados em sala de aula devem atender um objetivo comum, com conceitos básicos da dinâmica ambiental, com possibilidades de discussão e reflexão sobre o conflito existente entre esta dinâmica e as tendências comportamentais de uso irracional do meio, a fim de proporcionar aos alunos a possibilidade de escolha consciente de quais caminhos de desenvolvimento devem ser seguidos e quais as consequências dessa escolha.

Os temas transversais oferecem caminhos para exploração das diferentes interfaces de cada componente curricular com a temática ambiental e é um caminho que parece ser também eficaz na construção das propostas interdisciplinares. Acreditamos que o envolvimento dos professores dos diferentes componentes curriculares na elaboração de propostas de ensino relacionadas com a temática ambiental, a partir de seu campo de trabalho possa contribuir que os projetos desenvolvidos pela escola e não sejam vistos como atividades extracurriculares, além de que seria ganho significativo em termos de uma maior contextualização das propostas de educação ambiental, em relação ao currículo escolar como um todo.

2.8.2 - A educação ambiental na educação informal

No Art. 13 da Lei nº 9.795/1999 - Política Nacional de Educação Ambiental, entende-se por educação ambiental não formal, as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. No Inciso II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal.

A educação informal consiste em uma educação que se produz no processo de socialização nas relações cotidianas da sociedade, associada aos princípios de cidadania e é responsável por uma atuação mais consciente e ética, possibilitando que as iniciativas de desenvolvimento local se fortaleçam no caminho para a sustentabilidade.

Portanto, ações e práticas educativas voltadas para a conscientização coletiva sobre as questões ambientais e à sua participação na defesa do ambiente, são conhecidas como educação ambiental em nível não formal. Os poderes públicos devem incentivar a difusão de campanhas educativas e informações relacionadas ao meio ambiente, à participação das empresas públicas e privadas, meios de comunicação, empresas, ONGs, escolas e sociedade na formulação, execução e desenvolvimento de programas e atividades vinculadas com a educação ambiental não formal.

Assim, a gestão escolar deve buscar parceria com a comunidade em geral, com o objetivo de desenvolver na escola uma educação ambiental que possibilitem aos alunos aquisição de conhecimentos voltados para uma melhor consciência e maior comprometimento em defesa da vida em todas as formas.

Podemos observar atualmente nos diferentes setores da sociedade o reconhecimento do processo educativo como uma possibilidade de provocar mudanças e alterar o atual quadro de degradação do ambiente com o qual deparamos, independentemente do modelo a ser seguido para explicar o atual estado de agressão à natureza, o processo educativo é sempre apresentado como uma possibilidade de alteração desse quadro, pois é um agente eficaz de transformação.

CAPÍTULO 3 - PARCERIA: EMPRESA *ENERGIA VERDE* E REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ-PA

2.9 Município de Tucuruí - Pará

Tucuruí é um município brasileiro do estado do Pará, localizado no Sudeste do estado. Possui 107.189 habitantes e 2.086 km², de acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015).

O nome Tucuruí, é um termo derivado da língua tupi antiga: significa "gafanhotos verdes", através da junção de *tukura* (gafanhoto) e *oby* (verde). Foi fundada como colônia militar portuguesa em 1779.

A região do município, em suas raízes, era habitada por povos indígenas das tribos dos assurinis-do-tocantins, paracanãs e gaviões. Essas tribos de hábitos nômades diferenciavam-se entre si por seus troncos étnicos e linguísticos.

O clima é equatorial quente e úmido, apresentando temperaturas médias mensais entre 21,9 °C e 34 °C, com média anual de 26 °C. A umidade relativa do ar varia de 73% a 93% e a precipitação anual fica em torno 1 976 mm. O período mais chuvoso inicia-se em janeiro e termina em março, e o mais seco vai de julho a setembro.

A principal base econômica era a extração da castanha-do-pará e o comércio de madeira, tornando o local um movimentado entreposto comercial na região do Araguaia-Tocantins. Atualmente é a geração de energia e produção pesqueira.

2.9.1 Sistema municipal de educação de Tucuruí - PA

No ano de 2007, foi realizada a Conferência Municipal de Educação, com o objetivo de elaborar a Lei Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação e o Sistema Municipal de Educação, pois, o ensino de educação infantil e fundamental e suas diversas modalidades, até então, era de responsabilidade do Sistema Estadual de Educação. Assim, no dia 21/07/2008, foi

aprovada a Lei Nº 8.226/2008, para efetivar a legalização das escolas, cursos e elaboração de leis próprias para o ensino municipal.

O sistema educacional do município foi criado de acordo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96), Artigos 11,14,15,18; do Artigo 211 da Constituição Federal; do Artigo 279 da Constituição do Estado do Pará e do Artigo 229 da Lei Orgânica do Município de Tucuruí.

A gestão educacional do município é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC.

O sistema educacional do município é composto de rede pública municipal, estadual e federal, além de rede particular. A rede municipal é composta de 54 escolas. Na rede estadual são 20 escolas. Na particular sete escolas. No ensino superior o município possui universidades: estadual, federal e particulares.

Os cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, são: Educação Infantil – Maternal e Pré-Escolar, Ensino Fundamental – do 1º ao 9º ano - nas modalidades regular, Educação de jovens e adultos (regular e modular) e Educação Indígena, cursos de Música, atividades Esportivas, atividades de Leitura.

Visando o cumprimento da legislação e o desenvolvimento da educação no município a Secretaria em parceria com o Governo Federal desenvolve os programas e projetos: PDE – Programa de Desenvolvimento da Educação, PDDE- Programa de Dinheiro Direto na Escola, Escola Acessível (inclusão social com alunos especiais), Pró–Infância (Construção de prédios escolares) e Caminho na Escola (transporte escolar), PAR – Plano de Ação Articulada, Censo Escolar, Bolsa Família, Mais Cultura, Pacto nacional de Alfabetização e GEEMPA – Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação.

Outros projetos específicos que contribuem para a qualidade da educação do município, são desenvolvidos em parcerias com os mais diversos setores da sociedade.

2.10 Empresa Energia Verde

Os primeiros estudos para a construção da usina, ocorreram no período de 1968 a 1972, para verificação do potencial hidrelétrico da Amazônia, tendo em vista o atendimento dos principais polos de desenvolvimento da região, onde se destacavam os de Belém e Macapá. A divisão de quedas estabelecidas nesses estudos, apontou o aproveitamento do município de Tucuruí, como o mais interessante a ser implantado em primeira adição e, antes da conclusão do inventário, foi iniciado o estudo de viabilidade da *Usina Energia Verde*.

Além de ser geradora de energia, a empresa *Energia Verde*, também atua como agente de desenvolvimento na região, propiciando empregos, aumento no nível de qualidade de vida e incentivo na área comercial, industrial e social da região.

A empresa *Energia Verde*, foi concebida como parte da estratégia de desenvolvimento da região Norte, equacionando o atendimento às demandas de energia elétrica e garantindo suporte aos novos projetos de desenvolvimento, porém, ocasionou significativas mudanças no meio ambiente e na sociedade.

Em 1974, a cidade de Tucuruí possuía, aproximadamente 1.200 habitantes. Em 1979, passou a possuir 58.000. Esse expressivo aumento da população, exerceu forte pressão sobre a infraestrutura básica, intensificando a busca por serviços e pela utilização dos recursos naturais, que começaram a apresentar sinais evidentes de uso predatório.

Após a formação do reservatório, foram implantadas ações nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, infraestrutura, entre outras, com a elaboração de um plano de gerenciamento ambiental para a empresa *Energia Verde*, para gerenciar ações ambientais na área de influência da Usina.

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente do estado do Pará (SEMA-PA), é responsável por emitir a Licença de Operação (LO) da Usina, onde exige o cumprimento de condicionantes, as quais são programas ambientais definidos em função de impactos relativos à implantação e

operação do empreendimento. Além da exigência da Licença de Operação, a empresa *Energia Verde* busca desenvolver ações dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, considerando a área de atuação, a região Amazônica, o novo paradigma de gerenciamento empresarial e o recurso natural, água, vital e importante para a vida e os interesses na preservação ambiental da área do entorno da empresa.

Entre os programas ambientais desenvolvidos na empresa *Energia Verde*, está o Programa de Educação Ambiental (PEA), que tem como objetivo "Contribuir para que os segmentos populacionais da área de influência e a força de trabalho da usina, promovam a conservação do meio ambiente".

O Programa de Educação Ambiental (PEA), executa ações educativas e de capacitações de educação ambiental, em parceria com as comunidades e escolas, associando a gestão ambiental e a qualidade de vida.

O Programa de Educação Ambiental (PEA), possui metas estabelecidas e planejadas para capacitar e sensibilizar os funcionários da usina, alunos, professores, gestores, técnicos de educação, associações e comunidades em geral, dos municípios da área de influência da empresa.

Os principais projetos executados pelo PEA, estão voltados para o gerenciamento de resíduos, uso racional de energia, uso racional de água, poluição de rios e lagos, desmatamento, caça e pesca, queimadas, reflorestamento, visando conscientizar os servidores e a comunidade em geral sobre a importância da preservação do meio ambiente. Os projetos/ações são:

- a) Educação Ambiental itinerante;
- b) Visitas monitoradas;
- c) Trilhas interpretativas;
- d) Palestras educativas;
- e) Eventos alusivos ao meio ambiente;
- f) Capacitações de reaproveitamento de resíduos sólidos recicláveis;
- g) Capacitações de coleta de semente em unidades de conservação e técnica de plantio para produção de mudas;

- h) Gerenciamento dos resíduos sólidos;
- i) Confeccionar material didático pedagógico ambiental.

2.11 Parceria: Sistema Municipal de Educação e a empresa *Energia Verde*

A gestão do sistema educacional do município de Tucuruí, por meio da Secretaria Municipal de Educação, desenvolve os trabalhos educacionais de acordo com os requisitos legais que regem a educação brasileira, em parceria o poder público, no âmbito, municipal, estadual e federal e também com outros segmentos da sociedade, com o objetivo de oferecer uma educação de qualidade à sociedade do município.

Considerando que a busca por uma educação de qualidade não é responsabilidade somente da escola, mas, também de toda a sociedade, que, a gestão educacional do município abre suas portas à sociedade, para juntos, trabalharem em prol da educação.

É nesse encontro, que a gestão do sistema educacional do município e da empresa *Energia Verde*, vêm somar seus esforços e desenvolver projetos na área de educação ambiental nas escolas do município.

É compromisso da empresa *Energia Verde*, desenvolver ações na sua área de influência, por consequência dos impactos causados com a construção do empreendimento na região. Portanto, a legislação brasileira também determina que empresas causadoras de grandes impactos ambientais, desenvolvam projetos em benefício da sociedade.

Assim, as duas instituições comprometidas e conhecedoras de suas responsabilidades, juntas constroem projetos em prol da qualidade da educação do município, com foco em educação ambiental. Nesses projetos, são traçados objetivos e metas a serem atendidos, onde as atividades são desenvolvidas dentro da escola e nas instalações da Usina, com isso, os alunos saem do espaço escolar e correlacionam os conhecimentos adquiridos com a realidade.

Esses projetos são definidos por meio de reunião com os gestores da empresa e da secretaria municipal de educação do município e posteriormente, com a equipe gestora da escola, para discussões, análise e definição de projetos a serem executados na escola.

2.11.1 Escola municipal de educação básica de Tucuruí - PA

A escola de educação básica de Tucuruí - PA, a qual, foi realizada a pesquisa empírica, desenvolve seus trabalhos norteados pelo Projeto Político Pedagógico (PPP), nos termos da legislação da educação brasileira.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP), a escola trabalha de forma crítica, reflexiva e possibilitando a toda a comunidade o exercício da construção coletiva, desencadeando experiências inovadoras e repensando constantemente o seu papel pedagógico e sua função social.

A estrutura física da escola, consta de 11 salas de aula e espaços para: direção, coordenação pedagógica, professores, biblioteca, secretaria, depósito, informática, auditório, materiais diversos, recursos multifuncional, cozinha, banheiros e pátio.

Na escola funciona o ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, com alunos a partir de seis anos de idade.

O seu quadro funcional é composto de administrador escolar, corpo docente, assistente técnico pedagógico, assistente psicológica, secretária e serviços gerais.

A função social da escola é promover aos alunos, acesso ao conhecimento sistematizado e a produção de novos conhecimentos. Preocupar-se com a formação de cidadão consciente e participativo na sociedade em que está inserido.

Os eixos norteadores: Aprender a aprender; Valores: respeito, solidariedade, disciplina, coletividade; Trabalho unificado – coletivo; Criar para humanizar; Compromisso.

O trabalho pedagógico da escola trabalha de forma crítica, reflexiva e possibilitar a toda a comunidade um projeto político pedagógico consolidado pela colaboração mútua e o exercício da construção coletiva, desencadeando experiências inovadoras que estão acontecendo na escola.

O objetivo do planejamento da escola é conhecer os alunos, observar e categorizar as suas necessidades e a partir desta constatação, pensar em um planejamento concreto que faça a relação das vivências, para o conhecimento científico. Para tanto, a escola organiza seus projetos pedagógicos envolvendo todos os segmentos da escola, com a participação da comunidade, procurando estreitar as relações entre escola e comunidade, criar novas situações para o ensino aprendizagem e repensar um novo sentido para escola, que inclua professores e alunos, que supere a descrença, o desalento e a falta do desejo de tornar a escola, espaço de construção permanente de novos saberes.

A gestão da escola trabalha de forma a aferir o desempenho docente previsto no Projeto Político Pedagógico e as condições físicas e materiais que substanciam o processo ensino aprendizagem.

2.11.2 Projeto em execução: Escola de educação básica e o programa de educação ambiental

O projeto executado em parceria, escola-empresa, foi implantado a partir da definição da área gestora da empresa e da secretaria municipal de educação do município, visando a melhoria da qualidade da educação na escola, com foco na área de educação ambiental.

A partir da definição do projeto a ser trabalhado na escola, foi elaborado um planejamento de atendimento, com objetivos e metas a serem alcançadas.

O projeto implantado desenvolve as atividades com profissionais especializados na área de educação ambiental, com equipamentos e materiais didáticos pedagógicos adequados para atender cada

faixa de idade dos alunos da escola, visando a qualidade do aprendizado do público atendido.

As atividades executados pelo projeto são realizadas de acordo com o planejamento, onde as principais atividades desenvolvidas são: Arborização da escola, coleta seletiva, implantação de horta na escola, capacitação de compostagem com resíduo orgânico, palestras sobre a importância da preservação das florestas e reflorestamento, gerenciamento dos resíduos sólidos, oficinas de reaproveitamento de resíduos sólidos recicláveis, além de visitas monitoradas e trilhas interpretativas na área ambiental da empresa.

PARTE 3 - PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

CAPÍTULO 1 - A ESCOLHA DE DADOS

3.1 Método da pesquisa

Pesquisar é o processo de investigação que permite obter novos conhecimentos, ratificando ou contestando os pré-existentes. Segundo Leite (2008), é através da pesquisa que a ciência progride e atinge seus objetivos, de servir como instrumento de desenvolvimento do homem e sua sociedade.

Portanto, este capítulo abordará os aspectos metodológicos referentes à realização da pesquisa, com o propósito de atingir os objetivos estabelecidos no estudo.

Na realização da pesquisa foi utilizado o método survey, que segundo Mello (2013), é um método de coleta de informações diretamente de pessoas a respeito de suas ideias, sentimentos, saúde, planos, crenças e de fundo social, educacional e financeiro.

Para obtenção das informações, foram selecionadas, uma escola e uma empresa, localizadas no município de Tucuruí - PA, onde foram realizadas entrevistas e aplicação de inquéritos por questionário com a gestão do sistema educacional do município, com a gestão e professores da escola e gestão da empresa.

Os roteiros utilizados nas entrevistas e inquéritos por questionário contemplaram, além de dados de caracterização da instituição, informações relativas ao tipo de contato estabelecido, à natureza do auxílio ou da intervenção da empresa, os interesses e motivações envolvidos, à apreciação de resultados obtidos, assim como sobre as expectativas futuras, para obtenção de dados quantitativos e qualitativos.

Fink (1995), em seu livro *How to sample in surveys*, afirma que o tamanho da amostra, se refere ao número de respondentes necessários para que os resultados obtidos sejam precisos e confiáveis, e que o aumento do tamanho da amostra diminui o erro, porém esse tamanho tem limites, pois a

partir de certa quantidade não se tem mais uma forte contribuição, onde o tamanho da amostra deve ser considerado, se o universo é finito ou infinito e o nível de confiança estabelecido (usualmente 95%) e o erro permitido (normalmente não superior a 5%). Portanto, para melhor representação foram pesquisados 100% dos gestores envolvido no processo, objetivo do estudo.

As etapas da pesquisa survey, consistem usualmente, em definir o objetivo da pesquisa, definir a população, elaborar questionário, coletar dados, processar dados, analisar os dados e divulgar os resultados.

3.2 Sujeitos da pesquisa

A escolha dos sujeitos, como campo empírico da pesquisa, ocorreu a partir da facilidade de acesso nas instituições pesquisadas. Definiu-se como público alvo da pesquisa, a gestão da empresa, a gestão do sistema educacional do município, a gestão da escola e docentes em atividade regular no corrente ano da escola. Assim, a população da pesquisa foi composta por três gestores e 16 professores, representando 100% de cada categoria, conforme demonstrado na tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Público alvo da pesquisa

Segmento da pesquisa	Universo total por categoria	%
Gestão educacional do município	1	100%
Gestão da empresa	1	100%
Gestão da escola	1	100%
Docentes	16	100%
Total geral	19	100%

A pesquisa procurou atingir 100% dos gestores envolvidos no processo de parceria, objeto do estudo, com o objetivo de obter uma melhor representação dos resultados.

3.3 Tipo de pesquisa

Foi realizada uma pesquisa de campo, com aplicação de inquéritos por questionário e roteiro de entrevista, para obtenção de informações qualitativa e quantitativa, fundamentadas nas ações educativas desenvolvidas por meio de projeto em parceria entre a escola e a empresa.

3.4 Instrumentos de coleta de dados

Foram utilizados os instrumentos predefinido, conforme anexos:

- Anexo A: Roteiro de entrevista destinada à gestão do sistema educacional do município, à gestão da empresa e à gestão da escola municipal.
- Anexo B: Questionário destinado à gestão e corpo docente da escola municipal. Questionário com nove questões fechadas, semiabertas e abertas, entregues ao público pesquisado de forma presencial.

3.5 Instrumentos de análise de dados

Os dados coletados nas entrevistas e no questionário, foram tratados e apresentados quantitativamente e qualitativamente, por meio de gráficos, tabelas e descrição das informações.

CAPÍTULO 2 - A ANÁLISE DOS DADOS

3.6 Análise do resultado da pesquisa

A pesquisa empírica foi dividida em duas partes, a primeira parte, por meio de entrevista, com o gestor da empresa, com o gestor do sistema educacional e com a gestão da escola de educação básico. A segunda parte, por meio de aplicação de inquérito por questionário, aplicado ao gestor e professores de uma escola de educação básica do município.

Na primeira parte, os pesquisados foram entrevistados sobre os seguintes pontos:

1) Gestão do sistema educacional do município

- a) O que motiva a escola buscar parceria com a comunidade?
- b) Qual é o objetivo da parceria?
- c) Como funciona as parcerias?
- d) Quem busca a parceria, a comunidade ou a escola?
- e) Quais são as principais dificuldades encontradas na parceria?
- f) Esse processo de parceria consta no currículo do sistema educacional do município?
- g) A parceria contribuir de que forma para a qualidade da educação?
- h) Qual é a importância da participação da comunidade para a qualidade da educação?
- i) Quais os principais parceiros da escola?
- j) É possível identificar resultados?
- l) Tem ciclo definido a parceria?
- m) Os projetos desenvolvidos em parceria vem refletir na melhoria do aprendizado, objetivo principal da escola?
- n) Qual a solução para que o gestor consiga “dar conta” da demanda de trabalho de um sistema educacional?

o) Que atributos um gestor de uma rede de ensino deve ter para exercer tal função?

2) Gestão da escola de educação básica do município

a) De quem é a responsabilidade de formalizar parcerias com outras instituições da sociedade? O sistema educacional do município ou a escola?

b) O processo de parceria com a comunidade consta no Projeto Político Pedagógico da escola?

c) O que motiva a escola buscar parceria com a comunidade?

d) Qual é o objetivo da parceria?

e) Como funciona as parcerias?

f) Quem busca a parceria, a comunidade ou a escola?

g) Quais são as principais dificuldades encontradas na parceria?

h) A parceria contribuir de que forma para a qualidade da educação?

i) Qual é a importância da participação da comunidade para a qualidade da educação?

j) Quais os principais parceiros da escola?

l) É possível identificar resultados?

m) Tem ciclo definido a parceria?

n) Os projetos desenvolvidos em parceria vem refletir na melhoria do aprendizado, objetivo principal da escola?

o) Qual a solução para que o gestor consiga “dar conta” da demanda de trabalho da escola?

p) Que atributos um gestor escolar deve ter para exercer tal função?

3) Gestão da empresa

a) O que leva a empresa fazer parceria com a escola?

b) Qual o objetivo da parceria?

c) Como funciona a parceria?

- d) Quem busca a parceria, a empresa ou a escola?
- e) Quais são as principais dificuldades encontradas na parceria?
- f) A parceria contribui de que forma para a qualidade da educação?
- g) Qual a importância da parceria para a empresa?
- h) É possível identificar resultados?
- i) Tem ciclo definido a parceria?
- j) Os projetos desenvolvidos em parceria vem refletir na melhoria do aprendizado, objetivo principal da escola?

Na segunda parte, os pesquisados foram questionados sobre os seguintes pontos:

1) Gestão e professores da escola de educação básica

- a) Você conhece a legislação sobre a Educação Ambiental na educação básica?
- b) A Educação Ambiental está inserida no Projeto Político Pedagógico(PPP) da escola?
- c) Como é trabalhada a Educação Ambiental na Escola?
- d) A escola já executou projetos de educação ambiental em parceria com empresa?
- e) Que contribuições o projeto trouxe para a escola?
- f) Quais ações em parceria com a empresa têm continuidade na escola?
- g) Você considera importante as ações de educação ambiental desenvolvidas pela empresa em parceria com a escola?
- h) Indicar as principais dificuldades enfrentadas para dar continuidade o projeto de educação ambiental na escola, após as ações desenvolvidas em parceria com a empresa.
- i) O que você considera necessário para dar continuidade nas práticas pedagógicas de educação ambiental na escola, que a empresa possa contribuir?

3.7 Resultado - I Parte: Entrevistas

A primeira parte da pesquisa, tem o objetivo de mostrar a visão dos gestores da área de educação e da empresa, no que se refere a contribuição que as parcerias trás para a melhoria da qualidade da educação do município.

O resultado está representado em forma tabelas. A pesquisa foi feita através de entrevista, com a gestão do sistema educacional, a gestão da empresa pesquisa e uma escola de educação básica, do município.

Tabela 2 - Entrevista com a gestão do sistema educacional do município

Perguntas	Respostas
a) O que leva a escola buscar parceria com a comunidade?	Em primeiro lugar, a buscar por melhorar o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) das escolas do município. Em segundo lugar, a precariedade de recursos técnicos e materiais das escolas públicas. E, em terceiro lugar, a necessidade de fortalecer as relações com a comunidade, em prol de um objetivo comum, a qualidade da educação. Atualmente, fazer com que os alunos compareçam à escola e tenham um aprendizado significativo não é uma questão fácil, portanto, essas parcerias com as comunidades, vêm contribuir de forma significativa para superarmos os problemas existentes no processo educativo, que não são poucos.
b) Qual o objetivo da parceria?	O objetivo principal é melhorar a qualidade da educação do município.
c) Como funciona a parceria?	Por meio de diálogo com os mais diversos setores da sociedade. Fazendo com empresas e outros

	segmentos participem do processo de educação do município.
d) Quem busca a parceria, a comunidade ou a escola?	As vezes a escola e outras vezes a comunidades. Hoje, existem requisitos legais que exigem, por exemplo, empresas que causam grandes impactos na comunidade, que recompensem em forma de projetos em benefícios da comunidade impactada. Essa situação, contribuem para que não só a escola procure a comunidade, mas também, a comunidade procurar a escola.
e) Quais são as principais dificuldades encontradas na parceria?	A principal dificuldade ainda é formar uma parceria formal, por meio de termo de cooperação, firmado com metas estabelecidas a longo prazo ou sistemática, contínua. Geralmente a parceria ocorre em projetos pontuais e específicos.
f) Esse processo de parceria consta no currículo do sistema educacional do município?	De forma específica não, pois, como o currículo utilizado é o do sistema brasileiro de educação, apesar se ser possível fazer adequação de acordo com a região, é indicado de acordo com a legislação de forma mais geral.
g) A parceria contribui de que forma para a qualidade da educação?	A principal contribuição é a melhoria do ensino aprendido dos alunos, pois geralmente o parceiro realiza atividades práticas que somadas com a teoria estudada em sala de aula, vai enriquecer a qualidade do ensino.
h) Qual a importância da participação da comunidade para a qualidade da educação?	É muito importante, pois trazer a comunidade para participar da construção dos conhecimentos de seus filhos, vem somar muito para a qualidade do ensino aprendido

	deles, considerando que vão se sentir mais motivados com o processo.
i) Quais os principais parceiros da escola?	As principais parcerias ocorrem entre o sistema educacional municipal e o governo federal, por meio de projetos. No âmbito do município, geralmente são com grandes empresas e órgãos públicos.
j) É possível identificar resultados?	Com certeza, melhora a evasão escolar, pois os alunos se sentem mais motivados a participar das aulas. Escola mais atrativas, agrega valores na concepção dos alunos.
l) Tem ciclo definido a parceria?	Geralmente sim, a maioria ainda ocorre com ciclo menores, a curto prazo. Ainda temos muito a melhorar nesta questão, precisamos firmar parcerias a longos prazos, que com certeza vai melhorar ainda mais o processo.
m) Os projetos desenvolvidos em parceria, vêm refletir na melhoria do aprendizado dos alunos, objetivo principal da escola?	Sim, é visível a melhoria na qualidade do ensino aprendido dos alunos quando os temas estudados são realizados em parceria como a comunidade.
n) Qual a solução para que o gestor consiga "dar conta" da demanda do trabalho e uma rede de ensino?	São muitas as dificuldades existentes no dia a dia de um sistema de ensino que demanda de muitas escolas, cada uma com sua especificidade. A principal é a evasão escolar, onde fazer com que as escolas consigam que os alunos compareçam diariamente na escola não é algo fácil. Muitos são os motivos que fazem o aluno não vim na escola e o gestor tem que está atento e buscar soluções para resolver tais problemas. E a

	parceria com os mais diversos segmentos da sociedade ajuda muito dessa questão de evasão, entre outros, que vêm somar com o processo educativo.
o) Que atributos um gestor de uma rede de ensino deve ter para exercer tal função?	O principal é ser um bom articulador, trabalhar em equipe e em parceria com a comunidade, pois, o gestor sozinho, não consegue resolver tantos problemas existentes no âmbito educacional, principalmente no sistema público de ensino, por ter uma carência muito grande de recursos.

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se na tabela 2, que a gestão do sistema educacional do município, considera importante a parceria com outras instituições da sociedade para a melhoria da educação, onde a participação da comunidade no processo educativo vem somar de forma significativa para o ensino aprendido dos alunos, pois, os alunos vão relacionar a teoria com a prática e o resultado e o envolvimento é muito melhor, além de diminuir o índice de evasão das escolas. Porém, essas parcerias ainda ocorrem de forma pontual e em projetos de curto prazo. Faz-se necessário uma melhoria na forma que é firmada a parceria, no que se refere ao prazo, participação e formalização, que ainda ocorre de maneira informal, amigável e com ações pontuais ou seja, participação esporádica, pois, não existe um termo de parceria firmada com curto, médio e longo prazos, objetivo e metas definidos.

Tabela 3 - Entrevista com a gestão da escola de educação básica do município

Perguntas	Respostas
a) De quem é a responsabilidade de formalizar parcerias com outras instituições da sociedade? O sistema educacional do município ou a escola?	As vezes, o sistema, outras a escola procura os parceiros, dependendo do projeto a ser desenvolvido. Quando é específico da escola, é a escola. Quando é um projeto do sistema nacional de educação, que envolve todo o País, então é articulado com a sistema do município, além de projetos que grandes empresas, as quais vêm propor junto o sistema do município para todas as escolas.
b) O processo de parceria com a comunidade consta no Projeto Político Pedagógico da escola?	Consta somente de forma mais geral de acordo com a legislação brasileira de educação.
c) O que motiva a escola buscar parceria com a comunidade?	A melhoria da educação, pois, atualmente não é fácil trabalhar a educação, principalmente por todo essa complexidade do mundo atual e o sistema de comunicação globalizado. Manter os alunos na escola não é um papel fácil. E as parcerias das outras instituições são muito importante para a qualidade do ensino.
d) Qual é o objetivo da parceria?	O objetivo principal é melhorar o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e melhorar a qualidade da educação do município.
e) Como funciona as parcerias?	As vezes por meio da gestão do sistema educacional do município, outras são direto com a gestão da

	escola.
f) Quem busca a parceria, a comunidade ou a escola?	Atualmente outras instituições vêm oferecer parcerias para a melhoria da educação. Isso é algo bom, ajuda muito. Mas, a escola também vai em busca das parcerias para desenvolver os projetos específicos da escola.
g) Quais são as principais dificuldades encontradas na parceria?	Bem, a princípio, é a disponibilidade de tempo, as vezes a escola não tem e outras, o parceiro. Mas, quando reunidos com antecedência e com um bom planejamento funciona bem. Tudo precisa de planejamento, senão o resultado não é satisfatório.
h) A parceria contribuir de que forma para a qualidade da educação?	Contribui muito, até porque a maioria das ações desenvolvidas com os parceiros, são atividades práticas e os alunos participam com mais entusiasmo e conseqüentemente o aprendizado é melhor.
i) Qual é a importância da participação da comunidade para a qualidade da educação?	É muito importante, pois a escola por si só não consegue fazer uma educação de qualidade. E essa troca de experiências é significativa para o ensino aprendizado dos alunos.
j) Quais os principais parceiros da escola?	São as empresas, órgãos públicos e outras instituições de ensino.
l) É possível identificar resultados?	Sim, não só na mudança de hábito dos alunos, mas, também dos professores e da gestão nos assuntos trabalhados.
m) Tem ciclo definido a parceria?	A maioria dos projetos trabalhados na escola são de curto prazo e específico de determinado tema, então, o ciclo varia de um dia a seis meses. Ainda

	precisamos fazer parcerias mais formais, com ciclos maiores.
n) Os projetos desenvolvidos em parceria vem refletir na melhoria do aprendizado, objetivo principal da escola?	Sim, melhora muito o aprendizados dos alunos. Observamos que quando são desenvolvidos só com os professores o resultado é menor, do que quando trabalhos com a comunidade.
o) Qual a solução para que o gestor consiga “dar conta” da demanda de trabalho da escola?	A gestão tem que trabalhar de forma participativa, caso contrario, o processo não anda bem, até porque a gestão têm muitas obrigações, de ela não tiver uma equipe comprometida e trabalhar em equipe, com um objetivo comum, que é ensinar para a plena cidadania.
p) Que atributos um gestor escolar deve ter para exercer tal função?	O gestor precisa trabalhar de forma democrática, levando em consideração a diversidade, o imprevisto e construção do novo. Sempre exercendo o diálogo e respeitando os pontos de vista de todos os envolvidos no processo educativo e fortalecendo a participação de todos os segmentos da sociedade.

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 3, mostra a opinião da gestão da escola de educação básica do município, sobre a parceria, escola-comunidade, a qual, considera importante para a melhoria do ensino aprendizagem dos alunos. Observamos, que é consenso, entre os pesquisados, quando se trata dos benefícios para a qualidade da educação, a contribuição de outros segmentos da sociedade, pois, os alunos ficam mais envolvidos nas ações, que na maioria são atividades práticas e saem do espaço da escola, então, se trabalha, teoria e prática, e portanto, automaticamente melhora o aprendizado. A gestão fala também do

papel do gestor nesse processo, que deve ser um articular e exercer um constante diálogo com toda a equipe do processo educativo e procurar meios de fortalecer a participação da comunidade desse processo.

Tabela 4 - Entrevista com a gestão da empresa

Perguntas	Respostas
a) O que leva a empresa fazer parceria com a escola?	Em primeiro lugar, atender as exigências legais e a responsabilidade socioambiental da empresa. Em segundo lugar, a carência de recursos na área educacional da região. E, em terceiro lugar, pela necessidade de fortalecer a parceria com as escolas em prol da qualidade da educação.
b) Qual o objetivo da parceria?	Os objetivos estão diretamente ligados à essas necessidades que a área de educação do município precisa para elevar a qualidade da educação de ensino básico.
c) Como funciona a parceria?	A princípio, por meio de reuniões com os gestores educacionais, com apresentação de propostas, que contribuam para o ensino aprendizagem dos alunos. Após definição dos projetos, planeja e executa as ações.
d) Quem busca a parceria, a empresa ou a escola?	A empresa está em constante diálogo com os gestores educacionais do município. As duas instituições buscam parceria, dependendo da área de interesse.
e) Quais são as principais dificuldades encontradas na parceria?	A princípio, a principal dificuldade era a aproximação da empresa com a área educacional, porém, essa dificuldade está melhorando, os gestores educacionais estão bem mais

	<p>receptivos e em busca de parcerias em benefício da educação do município. Outra dificuldade, apesar da parceria ser bem vinda, existem dificuldades, em relação a cultura participativa, ainda não funciona de forma sistemática, uniforme e coordenada, porém, já estamos trabalhando em projetos que têm um cronograma com um tempo maior, não só uma ação e sim várias etapas do processo, até sua conclusão, com maior eficácia.</p>
f) A parceria contribui de que forma para a qualidade da educação?	<p>A parceria vem contribui de forma significativa para o ensino aprendizagem dos alunos, pois, a empresa vem mostrar de forma prática as questões estudadas, portanto, vai juntar o conhecimento teórico aplicado em sala de aula com o conhecimento prático repassado pela empresa, isso, enriquece o aprendizado e conseqüentemente a qualidade da educação.</p>
g) Qual a importância da parceria para a empresa?	<p>Primeiro, é importante, porque além da empresa atender os requisitos legais e sua responsabilidade socioambiental e segundo, porque estar contribuindo para a qualidade da educação da sua comunidade.</p>
h) É possível identificar resultados?	<p>Sim, na avaliação de reação aplicada pela empresa no final das ações executadas, consta normalmente que houve mudanças de atitudes e um bom aprendizado das questões trabalhadas, não só dos alunos, mais também de gestão e dos professores da escola, pois, adquirem conhecimentos de forma prática e</p>

	portanto, mudam seus hábitos em relação ao meio ambiente, por exemplo.
i) Tem ciclo definido a parceria?	As ações são desenvolvidas por meio de projetos, com objetivos e metas definidos, portanto, têm ciclos definidos, porém, na sua maioria, ciclos de uma ou duas ações, mas, já está se trabalhando para melhor essas questões.
j) Os projetos desenvolvidos em parceria vem refletir na melhoria do aprendizado, objetivo principal da escola?	Com certeza, pois cada melhoria efetivada no processo da escola, vai refletir no aprendizado do aluno. Observamos uma carência muito grande nas escolas e as parcerias vêm somar e refletir muito no resultado final, que é a melhoria no nível de aprendizado do aluno.

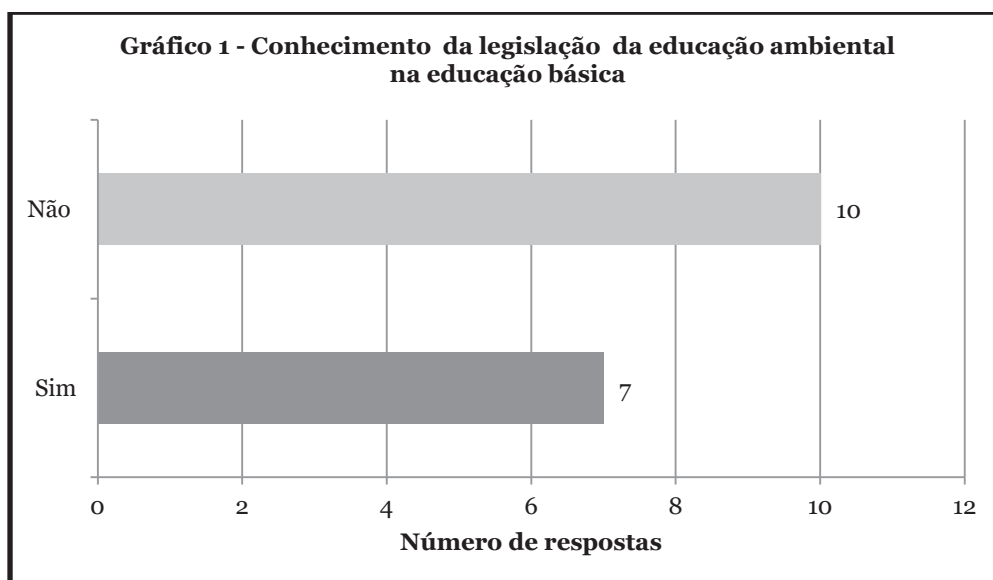
Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 4, está a opinião da gestão da empresa, no que se refere a parceria da empresa com sistema educacional de educação, a qual, fala que um dos motivos que leva a empresa fazer as parcerias, além de sua responsabilidade socioambiental e preocupação com a imagem, são as exigências legais que determinam às empresas à contribuir com as escolas, em prol da qualidade de ensino. Um ponto citado é sobre as dificuldades de firmar as parcerias com o sistema educacional, que ainda é frágil a cultura participativa, e na maioria dos projetos, a participação ocorre com ações pontuais, porém, já existem projetos que tem um maior tempo de execução, com várias etapas definidas e conseqüentemente uma melhor resultado.

3.8 Resultado - II Parte: Questionários

A segunda parte da pesquisa tem o objetivo de verificar se houve contribuição a parceria escola-empresa, quando da execução de um projeto de educação ambiental na escola de educação básica do município.

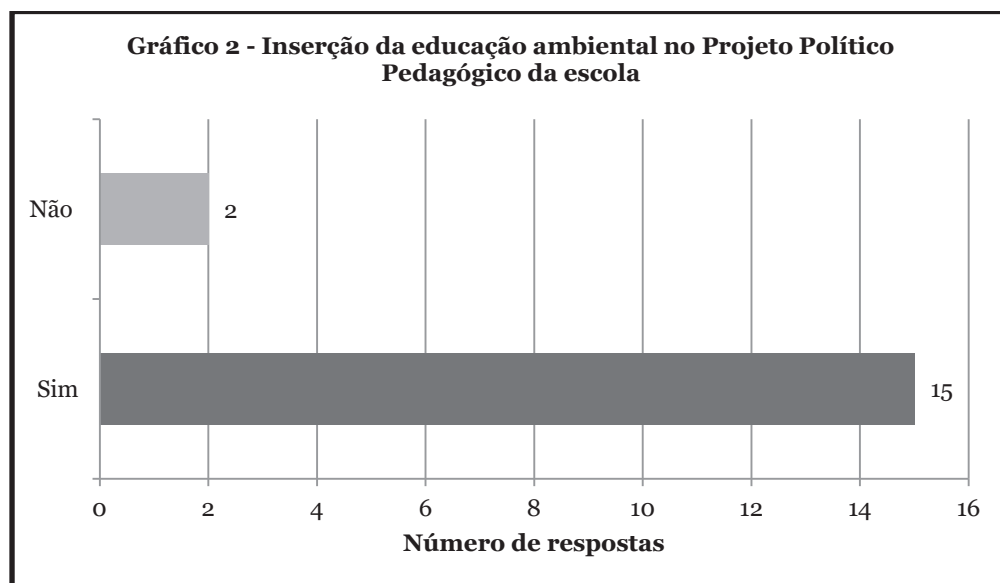
Foi realizada por meio de aplicação de questionários, com a gestão e o corpo docente da escola, demonstrada em forma de gráficos, tabelas e descrição, a seguir:



Fonte: Dados da pesquisa

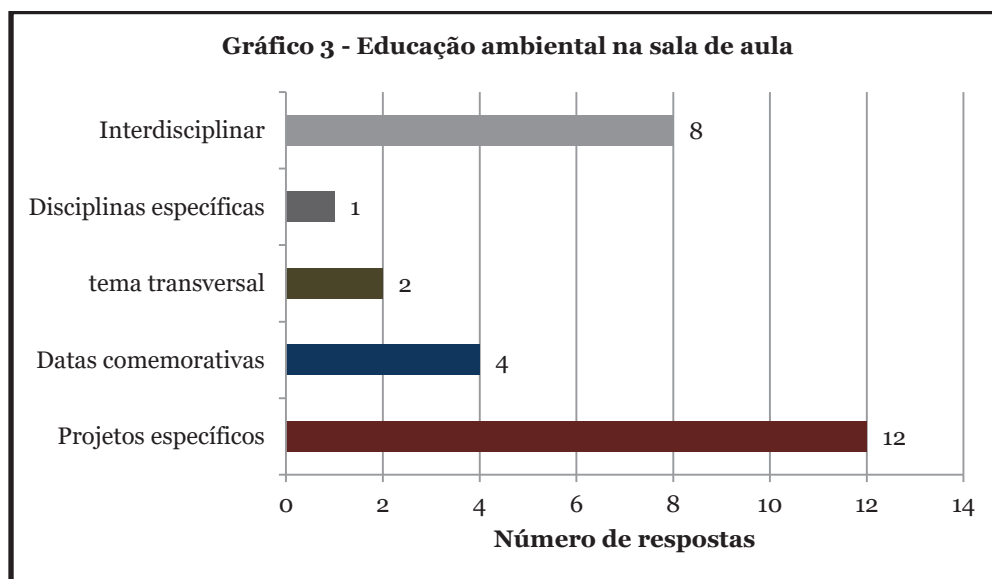
O Gráfico 1, mostra que mais da metade, 58,82 %, dos pesquisados não têm conhecimento da legislação sobre educação ambiental, revelando o desconhecimento sobre o assunto, o qual é importante para a efetiva prática da educação ambiental na escola. Entende-se que, qualquer que seja a temática a ser estudada na escola, faz-se necessário profissional capacitado para que o ensino aprendizagem seja eficiente. Neste caso específico, por a educação ambiental não ser considerada uma disciplina e que deve ser trabalhada de

forma interdisciplinar, ou seja, deve ser comum entre as disciplinas, ter uma ligação entre as disciplinas, então, todos os profissionais devem ser capacitados para desenvolvê-la na escola.



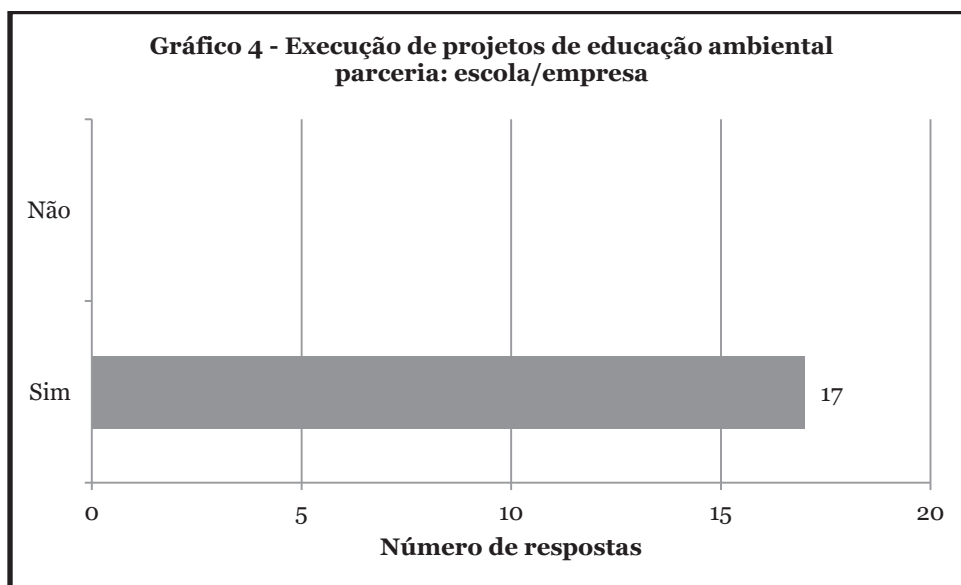
Fonte: Dados da pesquisa

Neste item (Gráfico 2), refere-se à inserção da educação ambiental no Projeto Político Pedagógico(PPP) da escola. A pesquisa mostra que 88,24% responderam que sim e 11,76% responderam que não. Portanto, verificou-se que, apesar de um percentual menor, o estudo indica um desconhecimento sobre a questão de alguns profissionais. Entende-se que, faz-se necessário, que o processo de educação ambiental esteja inserido no PPP da escola e que todos os envolvidos no processo educacional, tenham conhecimento sobre o mesmo.



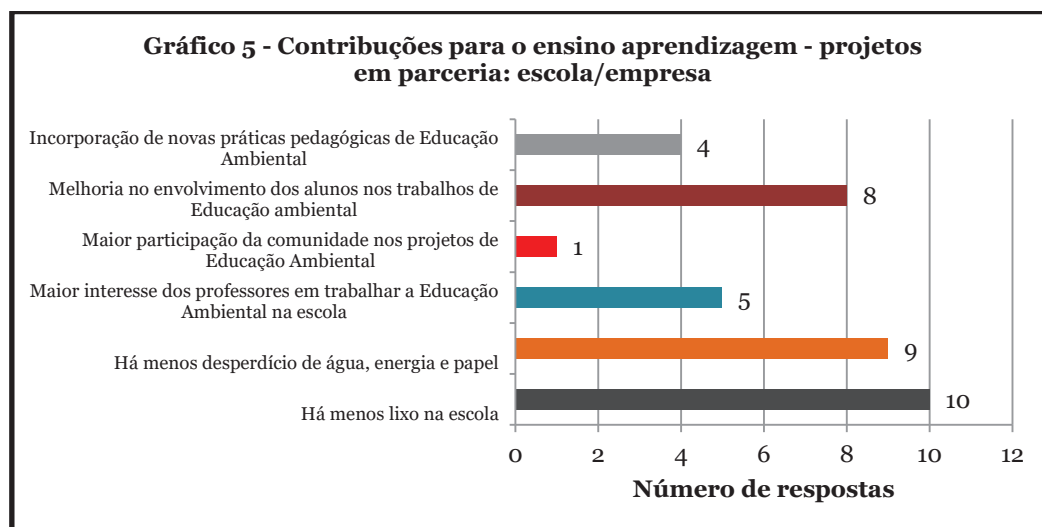
Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 3, se refere a forma que é desenvolvida a educação ambiental na sala de aula. Os pesquisados poderiam optar em responder mais de uma resposta, portanto, foram um total de 27. 29,63% das respostas foi que é desenvolvida de forma interdisciplinar. 3,71% em disciplinas específicas. 7,41% com temas transversais. 14,81 em datas comemorativas. 44,44% em projetos específicos. Observa-se no gráfico, que a educação ambiental acontece de várias formas, porém, na sua maioria, em projetos específicos.



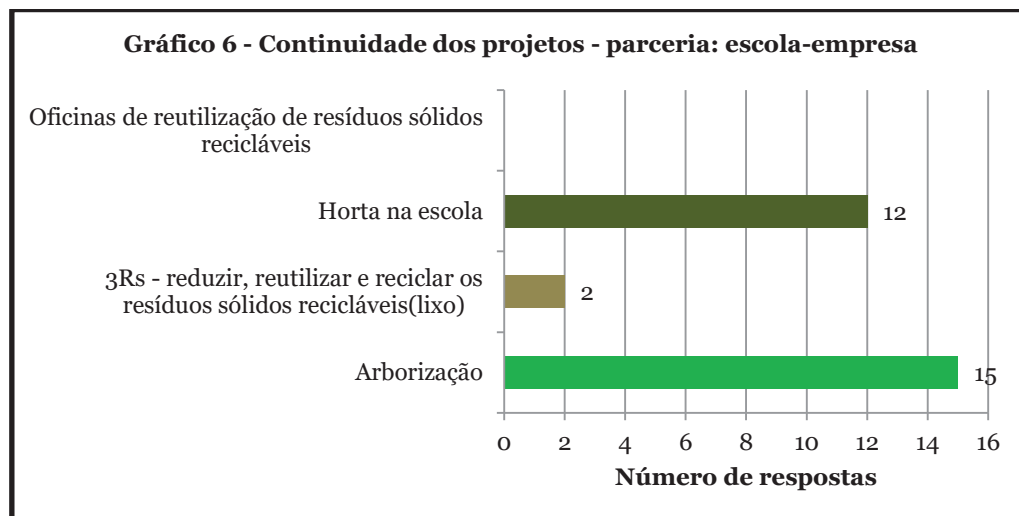
Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 4, se refere a execução de projetos de educação ambiental na escola, em parceria com a empresa. 100% dos pesquisados responderam que sim, revelando a existência de parceria da escola com a comunidade, no caso do estudo, com a empresa.



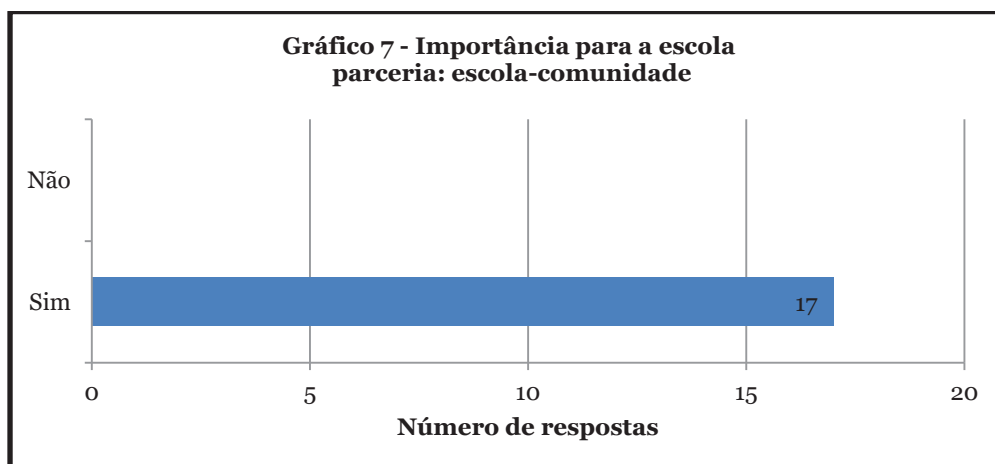
Fonte: Dados da pesquisa

No Gráfico 5, estão listadas as contribuições, que os projetos executados em parceria - escola-empresa, trouxeram para a escola. Os pesquisados poderiam optar por mais de uma resposta, portanto, foram obtidas 37 respostas. 10,81% responderam que as ações incorporaram novas práticas pedagógicas de educação ambiental na escola. 21,61% que houve melhoria no envolvimento dos alunos nos trabalhos de educação ambiental. 2,71% que houve maior participação da comunidade nos projetos de educação ambiental. 13,51% que houve maior interesse dos professores em trabalhar a educação ambiental na escola. 24,32% que há menos desperdícios de água, energia e papel na escola. 27,03% que há menos lixo na escola. Portanto, observa-se que os projetos desenvolvidos em parceria com a empresa, trouxeram contribuições importantes para a escola, pois, houve uma melhoria na conscientização, tanto dos profissionais, quanto dos alunos, nas questões estudadas. Entende-se que a parceria: escola-comunidade, traz muitos benefícios não só para os alunos, mas também para a sociedade, considerando que os conhecimentos adquiridos vão fazer parte das vidas dos alunos fora do espaço escolar. Outra questão observada é em relação a melhoria do interesse dos professores pela prática de educação ambiental na escola, que seja possível por decorrência da aquisição dos conhecimentos específicos.



Fonte: Dados da pesquisa

No gráfico 6, mostra o resultado da pesquisa em relação a continuidade dos projetos implantados em parceria com a empresa. Nesta questão, os pesquisados poderiam optar em responder mais de uma resposta, onde foram totalizadas 29 respostas. No item sobre a continuidade da prática de reutilização dos resíduos sólidos recicláveis, não houve nenhuma resposta. Na continuidade do projeto da horta na escola, 41,38% dos pesquisados responderam que houve continuidade do projeto. O projeto 3Rs - Reduzir, Reutilizar e Reciclar, 6,9% responderam que houve continuidade. No item sobre a arborização da escola, 51,72% responderam que houve continuidade. A pesquisa mostra que os projetos que mais se destacaram foram da implantação da horta da horta e de arborização da escola. Observa-se que os projetos relacionados ao lixo, praticamente não deram continuidade, talvez por necessitar de maior conhecimento sobre a legislação específica e comprometimento de toda comunidade escolar.



Fonte: Dados da pesquisa

No gráfico 7, 100% dos pesquisados consideram importante os projetos executados em parceria com a empresa. Nesta questão, os respondentes poderiam também optar em responder o porque dessa importância e listar as considerações, as quais estão relacionadas na tabela 5.

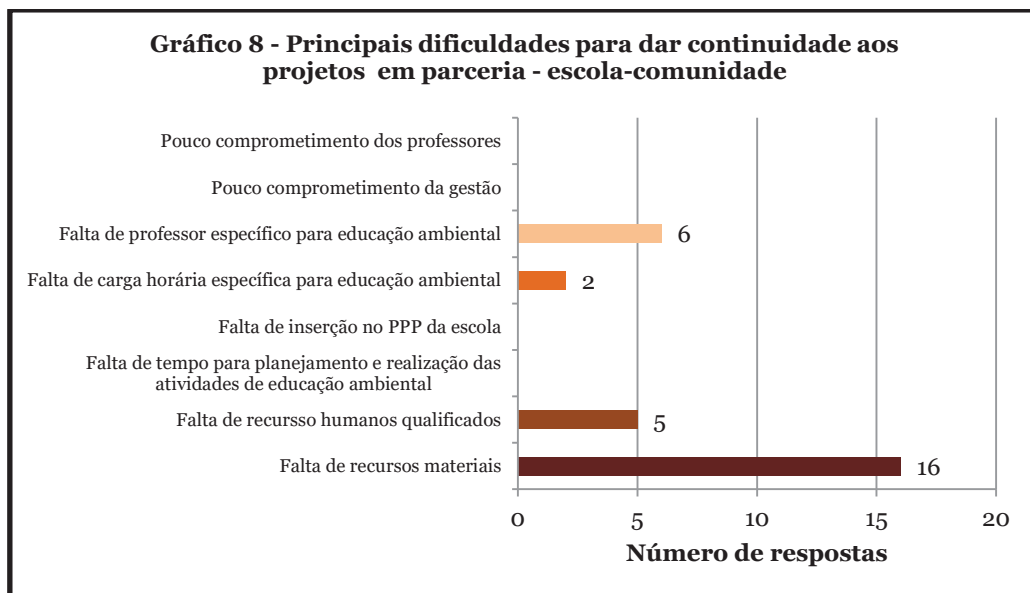
Tabela 5 - Considerações quanto a importante para a escola da parceria com a empresa

1	Por ter a capacidade de tornar os professores e alunos em pessoas conscientizadas e envolvidas com as questões relacionadas ao meio ambiente.
2	Melhora na conscientização e no desenvolvimento das crianças em relação ao meio ambiente, pois, aprendem a cuidarem do meio ambiente em que vivem e contribui também para o ensino aprendido dos professores.
3	Podem transformar lixo em arte, dando cores, beleza e bem estar nas áreas livres de várias escolas.
4	Pela conscientização.
5	Há menos lixo, menos desperdício de água, energia e papel, maior interesse dos professores, mais participação da comunidade e melhoria no envolvimento dos alunos.
6	Considero, visto que a educação é um processo de transformação e mudanças de atitudes; auto conscientização.
7	Por que incentiva tanto o aluno quanto o professor a zelar mais pelo meio ambiente e contribui para a conscientização sua importante para uma vida melhor.
8	Possibilita tornar os alunos mais conscientes dos problemas ambientais.
9	Um ambiente arborizado é mais agradável e saudável.
10	Porque nos dar apoio com palestras e fornecimento de mudas de plantas, etc.

11	Pela melhor relação do homem com o ambiente e pelo conhecimento maior das questões ambientais atuais.
12	Parcerias são sempre bem vindas e o projeto da empresa e os palestrantes são excelentes e trouxe melhoria para a escola.
13	É muito importante para o conhecimento e o desenvolvimento das crianças.
14	Constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competência voltada para a conservação do meio ambiente.

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 5, estão relacionadas as considerações dos pesquisados sobre a importância das ações desenvolvidas por meio da parceria com a empresa. Observa-se que as ações contribuíram com as práticas pedagógicas de forma significativa, pois trouxeram conhecimentos voltados para a conscientização ambiental e conseqüentemente para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa

No gráfico 8, estão as principais dificuldades que a escola têm em dar continuidade aos projetos implantados em parceria com a comunidade, nesse

caso, com a empresa. Os respondentes poderiam optar por mais de uma resposta, portanto, foram efetuadas 29 respostas, sendo que, 20,69% consideraram que é por falta de professor específico para a educação ambiental. 6,9% consideraram que é por falta de carga horária específica para a educação ambiental. 17,24% consideraram que é falta de recursos humanos qualificados. 55,17% consideraram que é por falta de recursos materiais. Observa-se que o fator maior para uma efetiva educação ambiental na escola está ligada a falta de recursos materiais e em segundo lugar, por falta de profissionais específicos e conseqüentemente qualificado. Portanto, são fatores, que consideramos, está ligado à gestão escolar, no sentido que a gestão deve estar atenta as necessidades da escola, desse caso, de melhorar o gerenciamento dos recursos financeiros e observar a necessidade de capacitar os profissionais em educação ambiental, de forma a atender seu objetivo principal, formar cidadãos para a plena cidadania.

Tabela 6 - Opiniões quanto as contribuições da empresa para continuidade dos projetos na escola

1	Fornecer palestras e ações para formação dos professores em educação ambiental, além do fornecimento de recursos materiais
2	Fornecer recursos materiais e continuidade de palestras para formação de professores
3	Recursos materiais, continuidade de palestras para professores e comunidade do entorno da escola
4	Palestras incentivando a conscientização
5	Maior apoio referente os recursos materiais e humanos
6	Maior envolvimento da comunidade no desenvolvimento do projeto na escola
7	Recursos materiais e professores qualificados
8	Continuidade de palestras, oficinas e materiais
9	Continuidade com as palestras, apoio de recursos materiais e humanos
10	Existe uma carência muito grande de recursos materiais e de profissionais qualificados, seria importante se houvesse a contribuição com palestras
11	Palestras e visitas periódicas
12	Disposição de profissionais e recursos materiais
13	Recursos materiais, palestras e oficinas
14	Recursos materiais, palestras e oficinas
15	Interesse de todos

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 6, estão relacionadas as respostas sobre a continuidade das práticas pedagógicas de educação ambiental na escola, após a execução dos projetos em parceria com a empresa. Observa-se que a parceria da escola com a comunidade deve ocorrer de forma contínua, sistematizada e com objetivos e metas definidos, pois são vários os fatores que impedem a escola continuar o processo sozinha, no caso do estudo, a educação ambiental na escola. A parceria é importante, pois, dessa forma, são divididas as responsabilidades, principalmente os recursos financeiros e conhecimentos técnicos específicos, onde as maiores dificuldades, estão relacionadas à estas questões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi abordado neste estudo, observa-se que, para uma efetiva aplicabilidade acerca da gestão educacional na instituição de ensino, a atuação da gestão deve ser democrática e participativa, assim, é possível fortalecer e estreitar as relações, não só com os envolvidos no âmbito escolar, mas também com a comunidade, e conseqüentemente, melhorar a qualidade da educação. Porém, a gestão educacional não deve apenas formular e planejar possibilidades para a participação da comunidade nos processos educacionais da escola, é fundamental a implantação de diversos mecanismos que garantam a efetiva gestão participativa, que favoreça a participação de todos os segmentos da sociedade na contribuição da instituição educacional, proporcionando um processo de construção de uma escola compromissada com a sociedade, criando uma visão de conjunto da escola e de sua responsabilidade social.

Com base nas informações obtidas com a pesquisa, é possível observar características presentes nas práticas usualmente denominadas parcerias escola-empresa. No entanto, os dados disponíveis não nos permitem verificar a intensificação de parcerias com a área educacional. O que se observa, é que não se constitui em ações potencialmente capazes de gerar um trabalho sistêmico, que seja expressivo no projeto político pedagógico da escola, apesar de se observar, o bom relacionamento do sistema educacional com a empresa e a execução de projetos nas escolas, ainda são projetos com ações pontuais.

Os projetos desenvolvidos na escola, objeto da pesquisa empírica, foram decorrentes, de iniciativa da empresa, com o propósito de atender os requisitos legais e sua responsabilidade socioambiental. Beneficiaram as escolas, porque atenderam às suas necessidades em prol da melhoria da educação e à empresa, porque está cumprindo suas obrigações e automaticamente melhorando sua imagem.

As iniciativas estabelecidas para a parceria, sejam elas, da empresa ou da escola, na situação identificada, não são compromissos formalizados entre as partes. Os acordos firmados são informais, havendo compromissos a serem

atendidos pela empresa e pela escola, com apenas algum tipo de formalização, com um vínculo informal entre as partes, pautada, basicamente, por um regime de colaboração da empresa com a escola.

Essa característica de parceria, pontual e temporária, propiciado pela empresa à escola, em forma de auxílio, que não se dá de modo sistemático com intervenções estruturais na dinâmica da escola, entendemos que, não objetiva uma transformação expressiva nos processos de gestão da escola, administrativa ou pedagógica, porém, gera condições favoráveis para o desenvolvimento do trabalho escolar.

Embora seja uma relação informal entre escola e empresa, nota-se que ambas reconhecem os benefícios que têm sido gerados com essa relação, inclusive sobre a melhoria do aproveitamento dos alunos nos assuntos estudados.

Na pesquisa com a empresa, quando se referem aos motivos que leva a empresa fazer parceria com escolas, são citados as exigências legais, a responsabilidade socioambiental, a carência de recursos na área educacional do município e pela necessidade de fortalecer a parceria com as escolas em prol da qualidade da educação. Então, observamos que é possível trabalhar de forma mais sistemática e com uma formalização do processo de parceria, pois, não só a escola é um processo contínuo, a empresa também tem suas obrigações continuadas.

Outra questão citada pela empresa na aplicação de avaliação de reação no final das ações executadas, que consta normalmente que houve mudanças de atitudes e um bom aprendizado das questões trabalhadas, não só dos alunos, mas também de gestão e dos professores da escola, pois, adquirem conhecimentos de forma prática de adquirir conhecimentos, só vem a somar. Isso confirma que a parceria da escola com outras instituições, precisa ser levada em consideração numa amplitude maior, num âmbito da gestão, com comprometimento, com existência de interesses e disponibilidade de recursos financeiros de ambas as partes.

Segundo a opinião da gestão da escola pesquisada, o gestor precisa trabalhar de forma democrática, levando em consideração a diversidade, o

imprevisto e construção do novo. Sempre exercendo o diálogo e respeitando os pontos de vista de todos os envolvidos no processo educativo e fortalecendo a participação de todos os segmentos da sociedade.

Quanto à significância da parceria escola-empresa, como alternativa para melhoria do ensino, as opiniões dos pesquisados tendem a ter uma opinião comum: Entendem que a parceria se constitui em uma prática que pode contribuir para a qualidade do ensino.

Foram coletados dados para obtenção de informações sobre o resultado da prática em si, ou seja, do projeto em execução, assim, os pesquisados confirmam que as ações trouxeram contribuição para a escola, pois, houve uma melhoria na conscientização dos profissionais, alunos e comunidade e também maior interesse e envolvimento para trabalhar as questões relacionadas aos temas estudados, pois, foi observado do estudo específico, menos lixo na escola, menos desperdício de água, energia e papel, maior participação da comunidade e uma melhor consciência sobre a importância do meio ambiente.

A pesquisa mostra também, que as principais dificuldades da escola em continuar executando os projetos, estão relacionadas com a falta de recursos materiais, profissionais qualificados e carga horária específicos, no caso em si, para a educação ambiental. Portanto, consideramos que parceria precisa ser um processo que tenha característica continuada e permanente, não deve ser fragmentada, senão perde sua real utilidade.

Assim, esse trabalho pretendeu mostrar a importância da parceria da escola-comunidade, para a melhoria da qualidade do ensino, de forma a compreender que no mundo atual, a escola não é autossuficiente. A gestão educacional precisa estar em sintonia com os demais segmentos da sociedade, fazendo com que essa ligação, faça parte no cotidiano de todos, em prol do objetivo comum, formar cidadãos plenos para o exercício da cidadania.

Portanto, concluímos considerando, que é um assunto relevante e importante e tem um longo caminho a percorrer, pois, ainda ocorre de forma fragmentada e precisa ser discutida numa amplitude maior, com a alta gestão educacional. Faz-se necessário, ocorrer por meio de termo de parceria

formalizada, assinado e registrado, com objetivos, metas e prazos definidos, por exemplo, cinco anos de vigência, renovável por igual período, processo contínuo, com avaliação anual e melhoria contínua. Assim, o processo de parceria com outras instituições, terá sua real eficácia.

REFERÊNCIAS

BABBIE, Earl R. Métodos de pesquisas de survey. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

BARBOSA, E.F. et al. Gerência da qualidade total na educação. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1993.

BARROSO, J. et al. As políticas educativas como objeto de estudo e de formação em administração educacional. Revista de Ciências da Educação. Lisboa, 2007.

BASTOS, J. B. Gestão democrática da educação: as práticas administrativas compartilhadas. In: BASTOS, J. B. (Org.). Gestão democrática. Rio de Janeiro, 2002.

BAUM, Mauricio e Povaluk, Maristela. A Educação Ambiental nas Escolas Públicas Municipais de Rio Negrinho. SC, 2012.

BOFF, Leonardo. Saber Cuidar: Ética do humano e compaixão pela terra. Ed.Vozes, 11ª edição. Petrópolis-RJ, 2004.

BOFF, Leonardo. SABER CUIDAR: Ética do humano - compaixão pela terra. Ed.Vozes, 11ª edição. Petrópolis-RJ, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Escolas sustentáveis e Com-Vida: processos formativos em educação ambiental. Ouro Preto: Ufop, 2010.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Ministério da Educação. SEESP. Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Organização e coordenação de Cláudia Maffini Griboski e outros. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publicada no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Política Nacional de Meio Ambiente. Brasília, DF, 1981.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB Nº 2. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na Modalidade Normal. Brasília-DF, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Projeto de Lei Ordinário (PLO) nº 8.035. Plano Nacional de Educação. Brasília-DF, 2011.

BRUNO, L. (org.). Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Atlas, 1996.

CAPRA, Capra. As Conexões Ocultas – Ciência para uma Vida Sustentável. Editora Cultrix, 2002.

CARSON, Raquel. Primavera Silenciosa. 1962.

CASCINO, Fábio. Educação ambiental: princípios, história, formação de professores. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2000.

DANTAS, M; CAVALCANTE, V. Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa. Universidade Federal de Pernambuco.

DAVIS, C; GROSBaum, M W. Sucesso de todos, compromisso da escola. In: DAVIS, Claudia. (et al). Gestão da escola: desafios a enfrentar. 2002.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. Gaia. São Paulo, 1992.

ELETRONORTE. Programa de Educação Ambiental. Tucuruí-PA, 1999.

ELETRONORTE. Relatório sobre a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Tucuruí-PA, 2006.

FERREIRA, N. S. C. SILVA, S. R. MELEK, M. I. Gestão da educação e os desafios da cidadania. São Paulo. Cortez. 2004.

FILHO, Raimundo Nonato Serra Campos. Inovação na Gestão da Educação Superior através do Núcleo Docente Estruturante: legalidade versus realidade. Lisboa - Portugal, 2013.

FORTUNA, Maria Lúcia Abrantes. Gestão Escolar e Subjetividade. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

FOSTER, John Bellamy Foster. A ecologia de Marx, materialismo e natureza. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança - Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire, Ed. Paz e Terra, 17a. ed., 2011.
- FRANCO, José Luiz de Andrade. *A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro, 2002.
- Gandin, Danilo e Gandin, Luís Armando. *Temas para um Projeto Político-Pedagógico*. Vozes, 3ª ed. Petrópolis, 2000.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GUIMARÃES, M. *Educadores ambientais em uma perspectiva crítica: reflexões em Xerém*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- LIBÂNEO, J.C. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Goiânia: MF. Livros, 2008.
- LÜCK, Heloísa. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Editora Positivo. Curitiba. 2009.
- HIGUVHI, Maria Inês Gasparetto. AZEVEDO, Genoveva *Chargas de Educação como Processo na Construção da Cidadania Ambiental*. Brasília. Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004.
- KEMPF, Hervé. *Como os ricos destroem o planeta*. Trad. Bernardo Ajzenberg. São Paulo: Globo, 2010.
- LAMOSA, R. A. C.; Loureiro, C. F. *A educação ambiental e as políticas educacionais: um estudo nas escolas públicas de Teresópolis(RJ)*.
- LEGAN, Lucia. *A escola sustentável: ecoalfabetizando pelo ambiente*. Pirenópolis: Calango Editora/ Ecocentro Ipec, 2009.
- LOPES, Noêmia. *O que é projeto político-pedagógico*. Nova Escola Gestão Escolar. ed. 11, dez. 2010.
- LUCE, M. B.; MEDEIROS. *Gestão escolar democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- LÜCK, Heloísa *Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional*. Petrópolis: Vozes, 2007.

LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2007.

MAYOR, F. Preparar um futuro viável: ensino superior e desenvolvimento sustentável. In: Conferência mundial sobre o ensino superior. Tendências de educação superior para o século XXI. Anais da Conferência Mundial do Ensino Superior. Paris: 1998.

MINAYO, M. C. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. Ministério da Educação. Um Retrato da Presença da Educação Ambiental no Ensino Fundamental Brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação. Projeto de Lei nº 8.035-B - Plano Nacional da Educação - PNE. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. Espaços educadores sustentáveis. Salto para o Futuro. Ano XXI. Boletim 7. 2011.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 2 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Gestão democrática da educação. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação (MEC). O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental. Coleção Educação para Todos. Série Avaliação nº 6. Brasília, 2006.

MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELLO, Carlos (Org.). Métodos quantitativos: pesquisa, levantamento ou survey. Aula 09 da disciplina de metodologia de pesquisa na UNIFEI. 2013

_____. Membros da Comissão. Educação - Um Tesouro a Descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília, julho de 2010.

MENDONÇA, E. F. A Regra e o Jogo: Democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas: UNICAMP, 2000.

MOREIRA, Paulo Afonso Arrais Morais; Silva, Leandro Morais; Luz, Marta Pereira. Educação Ambiental na escola: A realidade do setor público e privado – Estudo de caso. Goiânia-GO.

ORSOLON, L A M. Trabalhar com as famílias: uma das tarefas da coordenação. In: Placco, Almeida, L. R. (org.). O coordenador Pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo: Edições Loyola. 6. ed. 2009.

PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. 3 ed. São Paulo: Ática, 2000.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública, Ed. Atica, 2005a, 30 edicao.

PENIN, Sônia et. al. Pro gestão: Como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade? Módulo I. Brasília, 2001.

PHILIPPI, L. S. A Construção do Desenvolvimento Sustentável. In.: EDUCAÇÃO AMBIENTAL (Curso básico a distância) Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa. Coordenação-Geral: Ana Lúcia Tostes de Aquino Leite e Naná Mininni-Media. Brasília: MMA (Ministério do Meio Ambiente), 2001. 5v. 2.^a Edição Ampliada.

ROCHA, E. N. et al. Educação do Campo: Um Olhar Panorâmico. II Conferencia Nacional de Educação do Campo, 2004.

SILVA, Luciana Ferreira. Educação Ambiental Crítica e Gestão Escolar - Pesquisa em Debate. Edição 10, v. 6, n. 1, jan/jun 2009. São Paulo, 2009.

SAUVÉ, L. “Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa”. Revista de Educação Pública, Mato Grosso: UFMT, vol 6, nº 010, 72-103, jul-dez, 1997.

SOUZA, Donaldo. CASTRO, Dora. Gestão Democrática da Educação em Portugal e no Brasil sob enfoque comparado: Possibilidades e limites na esfera local. IPPPorto. UERJ.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 8 ed. São Paulo: Liberdade Editora, 2007.

VALERIEN, Jean. DIAS, José Augusto. Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento. 8 ed. São Paulo: Cortez; [Paris]: UNESCO; [Brasília] Ministério da Educação e Cultura, 2002.

VIEIRA, Paulo Freire; RIBEIRO, Maurício Andrés (Org.). Ecologia humana, ética e educação: a mensagem de Pierre Dansereau. Porto Alegre: Pallotti, 1999.

TEIXEIRA, Lucia Helena Goncalves. Cultura organizacional e projeto de mudança em escolas públicas, Ed. Autores associados, 2002, São Paulo/SP.

XAVIER, A.; SOBRINHO, J.A. e MARRA, F. (orgs.). Gestão escolar: Desafios e tendências. Brasília: Ipea, 1994.

ANEXOS

Anexo A: Roteiro de entrevista destinada à gestão do sistema educacional do município, à gestão da empresa e à gestão da escola municipal.

1) Gestão do sistema educacional do município

- a) O que motiva a escola buscar parceria com a comunidade?
- b) Qual é o objetivo da parceria?
- c) Como funciona as parcerias?
- d) Quem busca a parceria, a comunidade ou a escola?
- e) Quais são as principais dificuldades encontradas na parceria?
- f) Esse processo de parceria consta no currículo do sistema educacional do município?
- g) A parceria contribuir de que forma para a qualidade da educação?
- h) Qual é a importância da participação da comunidade para a qualidade da educação?
- i) Quais os principais parceiros da escola?
- j) É possível identificar resultados?
- l) Tem ciclo definido a parceria?
- m) Os projetos desenvolvidos em parceria vem refletir na melhoria do aprendizado, objetivo principal da escola?
- n) Qual a solução para que o gestor consiga “dar conta” da demanda de trabalho de um sistema educacional?
- o) Que atributos um gestor de uma rede de ensino deve ter para exercer tal função?

2) Gestão da escola de educação básica do município

- a) De quem é a responsabilidade de formalizar parcerias com outras instituições da sociedade, do sistema educacional do município ou a escola?

- b) O processo de parceria com a comunidade consta no Projeto Político Pedagógico da escola?
- c) O que motiva a escola buscar parceria com a comunidade?
- d) Qual é o objetivo da parceria?
- e) Como funciona as parcerias?
- f) Quem busca a parceria, a comunidade ou a escola?
- g) Quais são as principais dificuldades encontradas na parceria?
- h) A parceria contribuir de que forma para a qualidade da educação?
- i) Qual é a importância da participação da comunidade para a qualidade da educação?
- j) Quais os principais parceiros da escola?
- l) É possível identificar resultados?
- m) Tem ciclo definido a parceria?
- n) Os projetos desenvolvidos em parceria vem refletir na melhoria do aprendizado, objetivo principal da escola?
- o) Qual a solução para que o gestor consiga “dar conta” da demanda de trabalho da escola?
- p) Que atributos um gestor escolar deve ter para exercer tal função?

3) Gestão da empresa

- a) O que leva a empresa fazer parceria com a escola?
- b) Qual o objetivo da parceria?
- c) Como funciona a parceria?
- d) Quem busca a parceria, a empresa ou a escola?
- e) Quais são as principais dificuldades encontradas na parceria?
- f) A parceria contribui de que forma para a qualidade da educação?
- g) Qual a importância da parceria para a empresa?
- h) É possível identificar resultados?
- i) Tem ciclo definido a parceria?
- j) Os projetos desenvolvidos em parceria vem refletir na melhoria do aprendizado, objetivo principal da escola?

Anexo B: Questionário destinado à gestão e corpo docente da escola municipal

1) Gestão e professores da escola de educação básica

- a) Você conhece a legislação sobre a Educação Ambiental na educação básica?
- b) A Educação Ambiental está inserida no Projeto Político Pedagógico(PPP) da escola?
- c) Como é trabalhada a Educação Ambiental na Escola?
- d) A escola já executou projetos de educação ambiental em parceria com empresa?
- e) Que contribuições o projeto trouxe para a escola?
- f) Quais ações em parceria com a empresa têm continuidade na escola?
- g) Você considera importante as ações de educação ambiental desenvolvidas pela empresa em parceria com a escola?
- h) Indicar as principais dificuldades enfrentadas para dar continuidade o projeto de educação ambiental na escola, após as ações desenvolvidas em parceria com a empresa.
- i) O que você considera necessário para dar continuidade nas práticas pedagógicas de educação ambiental na escola, que a empresa possa contribuir?

MM

MESTRADO ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO - ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Julho 2016